



Município de Capanema - PR

PORTARIA Nº 8.833, DE 21 DE JANEIRO DE 2025.

Nomeia Agente de Contratação, Pregoeiro e equipe de apoio para conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Complementar Municipal nº 14/2022 e da Lei Federal nº 14.133/2021.

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designa-se a servidora Roselia Kriger Becker Pagani para exercer a função de Agente de Contratação e de Pregoeiro(a) do Município de Capanema, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Complementar Municipal nº 14/2022 e da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º Designam-se os seguintes servidores como Agentes de Contratação Substitutos e Pregoeiros Substitutos:

- I - Mara Daniele Gambetta;
- II - Gabriel Júlio Alexandre Schuingel.

§ 2º Somente em licitações na modalidade pregão o(a) agente responsável pela condução do certame é designado(a) pregoeiro(a).

Art. 2º Designam-se os seguintes agentes públicos para exercerem a função de equipe de apoio das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Complementar Municipal nº 14/2022 e da Lei Federal nº 14.133/2021:

- I - Mara Daniele Gambetta;
- II - Gabriel Júlio Alexandre Schuingel.
- III - Eduardo Vinícius Horbach;
- IV - Tarcis Henrique Sant Anna;
- V - João Antônio Bazzanella Luft;

§ 1º Os servidores mencionados nos incisos do caput deste artigo auxiliarão o(a) Agente de Contratação e o(a) Pregoeiro(a) no desempenho de suas atribuições.

§ 2º Designam-se os seguintes agentes públicos para exercerem a função de equipe de apoio das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Complementar Municipal nº 14/2022 e da Lei Federal nº 14.133/2021, quando o objeto da contratação se tratar de serviços e obras de engenharia, como apoio técnico, caso necessário:

- I - Amanda Pereira de Andrade;
- II - Rubens Luis Rolando Souza.

Art. 3º Integram o rol de atribuições do(a) Agente de Contratação e do(a) Pregoeiro(a) a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do



Município de Capanema - PR

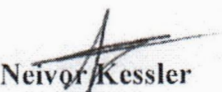
procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos para subsidiar as suas decisões.

§ 1º O(A) Agente de Contratação ou o(a) Pregoeiro(a) convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.

§ 2º O(A) Agente de Contratação ou o(a) Pregoeiro(a) convocará servidores públicos efetivos, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 4º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias, especialmente a Portaria nº 8.721/2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 21 de janeiro de 2025.


Neivor Kessler
Prefeito Municipal

Publicado no DIOEM na data 25/07/24, Edição 1490, Página(s) 3.



Município de Capanema - PR

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Ao(À) Sr.(a)
Chefe do Departamento de Contratações Públicas

Pelo presente instrumento solicitamos a abertura do processo de contratação, cujo objeto é: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, ATRAVÉS DO PLANO DE AÇÃO 09032022-018149/2022 E EMENDA PARLAMENTAR 202228490003, FUNDO FEDERAL.**

Solicitamos ao Departamento de Contratações Públicas que promova a instrução do processo, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 15, de 2022, realizando as diligências e os procedimentos necessários até a efetiva contratação.

Os seguintes documentos vão anexos a esta solicitação:

- 1 - Termo de Referência (TR);
- 2 - Solicitações de orçamentos;
- 3 - Orçamentos.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 01 de fevereiro de 2025.

Respeitosamente,

Airton Marcelo Barth
Airton Marcelo Barth

Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente



Município de Capanema - PR
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA

TERMO DE REFERÊNCIA (TR) DEFINITIVO

“PROGRAMA COMPRAS CAPANEMA”
Lei Complementar Municipal nº 14/2022 (LCM 14/22)

1. IDENTIFICAÇÃO DO(S) ÓRGÃO(S) INTERESSADO E AGENTES PÚBLICOS

1.1. ÓRGÃO(S) PÚBLICO(S) INTERESSADO(S)

1.1.1. Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA.

1.2. RESPONSÁVEL(IS) PELO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS

1.2.1. Airton Marcelo Barth.

1.2.2. Mara Daniele Gambetta.

2. DA MODALIDADE E DA FORMA DA CONTRATAÇÃO

2.1. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO

2.1.1. Indica-se o Pregão.

2.2. DA FORMA DA LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO

2.2.1. Indica-se a forma Eletrônica.

3. RESUMO DO OBJETO

3.1. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, ATRAVÉS DO PLANO DE AÇÃO 09032022-018149/2022 E EMENDA PARLAMENTAR 202228490003, FUNDO FEDERAL.

3.2. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO E DA PARTICIPAÇÃO

3.2.1. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço **por item**, em observância ao Princípio da Competitividade, que tem por objetivo alcançar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, que é uma das finalidades do processo de contratação.

3.2.2. Com isso, para que a Administração alcance a melhor contratação, é necessário que os agentes públicos promovam uma ampliação do acesso ao processo. Nesse passo, justifica-se o parcelamento do objeto, com o objetivo de ampliar a disputa, tendo a divisão como uma forma de alcançar o resultado desejado.

3.3. JUSTIFICATIVA DA PARTICIPAÇÃO

3.3.1. É correto afirmar que a preferência concedida às micro e pequenas empresas estabelecidas no Município de Capanema é a norma nos casos de licitações com valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para cada item/lote, conforme estipulado pelo art. 13 da LCM 14/22. No entanto, o art. 17 da LCM 14/22 autoriza a não aplicação do disposto no art. 13 em determinadas circunstâncias, como quando não houver o mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas no Município de Capanema/PR e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório. Dessa forma, considerando foi recebido somente 1 (um) orçamento de Avenida Brasil, 39 - Centro - 85.760-000 - Fone: (46) 3552-1930 CNPJ nº 75.972.760/0001-60 - agricultura@capanema.pr.gov.br



Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA

empresa enquadrada como ME/EPP sediada no município de Capanema, não será aplicado o tratamento diferenciado de preferência de contratação com empresas locais.

- 3.3.2.** Do mesmo modo, não será aplicada a exclusividade de contratação com microempresas e empresas de pequeno porte tendo em vista que não foram encontrados um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, conforme determina o art. 49, inciso II, da Lei Complementar 123/2006.
- 3.3.3.** Ademais, tendo em vista se tratar de aquisição de itens cujo repasse de valores sejam provenientes de Emenda Parlamentar (Programação nº 202228490003, Fundo Federal), é arriscada a decisão de conceder a preferência, sendo mais prudente não restringir a competição. Se a exclusividade for concedida sem os parâmetros adequados para garantir a existência de fornecedores capazes de atender à demanda, a Administração pode conduzir uma licitação ineficaz, com o item deserto e/ou fracassado devido à falta de fornecedores enquadrados como ME/EPP capazes de cumprir as exigências estabelecidas.
- 3.3.4.** Diante disso, considerando o risco envolvido na concessão da preferência e a ausência de parâmetros para mitigar esses riscos, levando em conta ainda que tal decisão preserva a competitividade do certame, garante a isonomia e permite a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, além de as micro e pequenas empresas terem garantidos outros benefícios previstos na LCM 14/22 e na LC 123/06, é apropriado que esta licitação seja sem exclusividade, ou seja, **AMPLA CONCORRÊNCIA**, podendo participar do certame qualquer empresa que atenda aos requisitos previstos em lei e no Edital.

4. IDENTIFICAÇÃO DOS ITENS, DOS QUANTITATIVOS E DOS VALORES DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Item	Código do produto	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo unitário (R\$)	Preço máximo total (R\$)
1	69554	COLHEDORA DE FORRAGEM	1	UN	68.388,40	68.388,40
2	69555	DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO ÓXIDO, TIPO COCHO	1	UN	56.725,00	56.725,00
3	69556	PLATAFORMA BASCULANTE HIDRÁULICA	1	UN	7.950,00	7.950,00
VALOR TOTAL						133.063,40

4.1. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

4.1.1. ITEM 1: COLHEDORA DE FORRAGEM.

4.1.1.1. Deverá possuir as seguintes características mínimas:

- Área total para cultura de verão e inverno com mínimo de 0,92 metros de largura máxima de trabalho;
- Tratorizado;
- Equipado com 2 tambores recolhedores com discos com facas de alta velocidade em cada tambor;
- Transmissão por coroa e pinhão com caixa blindada;



Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA

- e) Com 4 rolos internos sendo 2 rolos recolhedores, 1 liso e 1 móvel;
- f) Rotor regulável com 12 facas em perfil "C";
- g) Processador de grãos;
- h) 6 lançadores;
- i) Plataforma articulável;
- j) Engrenagens com regulagem de tamanho de corte, mínimo de 16 tamanhos de picado (2 a 36mm);
- k) Afiador com pedra embutido;
- l) Contrafaca do rotor fixa com duas vidas;
- m) 2 limpadores por rotor;
- n) Bica de saída dobrável com proteção interna;
- o) Pé de apoio;
- p) Cardan de acionamento;
- q) Dedos alinhadores;
- r) Tambores recolhedores;
- s) Tombador;
- t) Pistão de giro da bica;
- u) Caixa de ferramentas;
- v) Caixa da plataforma lubrificada por graxa;
- w) Cardan de acionamento do rotor e rolos;
- x) Alavanca de comando manual do quebra jato (versão semi-hidráulica);
- y) Transmissão por caixa e cardan;
- z) Comando hidráulico da bica;
- aa) Rotação requerida na TDP de 540 rpm;
- bb) Potência requerida na TDP de 65 a 95 cv;
- cc) Garantia mínima de 12 meses;
- dd) Deverá ser produto novo, sem qualquer sinal de uso.

4.1.2. ITEM 2: DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO ÓXIDO, TIPO COCHO.

4.1.1.2. Deverá possuir as seguintes características mínimas:

- a) Largura de aplicação: 4 metros;
- b) Capacidade de carga: 4 toneladas;
- c) Peso mínimo: 700kg;
- d) Pneus novos: 400/60;
- e) Contenção de nivelamento;
- f) Sistema anti deriva;
- g) Pé de descanso com cabeçalho móvel;
- h) Sistema de regulagem de precisão com fácil acesso;
- i) Distribuição por alívio, sistema lençol, por gravidade;
- j) Sistema de abertura da comporta de distribuição com regulagem por comando hidráulico;
- k) Sistema de agitação interno;
- l) Tela de proteção superior evitando a entrada de pedras e sólidos diversos;
- m) Deve comportar regulagem de abertura
- n) Garantia mínima de 12 meses;
- o) Deverá ser produto novo, sem qualquer sinal de uso.



Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA

4.1.3. **ITEM 3: PLATAFORMA BASCULANTE HIDRÁULICA.**

4.1.1.3. Deverá possuir as seguintes características mínimas:

- a) Engate nos 3 pontos do trator;
- b) Lâmina traseira;
- c) Descarga acionada por comando hidráulico;
- d) Capacidade mínima de carga de 700 kg;
- e) Comporta traseira removível;
- f) Pintura à base de poliéster;
- g) Dimensões mínimas de 1.700x1000x400mm;
- h) Garantia mínima de 12 meses
- i) Deverá ser produto novo, sem qualquer sinal de uso.

5. **MODELO E CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

5.1. **Condições gerais:**

5.1.1. O Contratado deverá efetuar a entrega do objeto da contratação em até **30 (trinta) dias corridos**, após o envio do requerimento formal assinado pelo Fiscal da Contratação e/ou Secretário da pasta ou após Requisição de Empenho enviado pelo Setor competente.

5.1.2. Os produtos deverão ser entregues no pátio do Parque de Máquinas Etelvino Biazussi, da Secretaria Municipal de Viação e Obras, no endereço PR-281, localizado às Margens desta, no trevo com a BR-163, saída da cidade, Município: Capanema - PR, CEP: 85.760-000 ou noutro lugar indicado previamente pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, nas imediações da cidade de Capanema-PR.

5.2. **Condições específicas:**

5.2.1. Não se aplica.

6. **OBRIGAÇÕES DO(S) CONTRATADO(S) NA EXECUÇÃO DO OBJETO**

6.1. **Obrigações gerais:**

6.1.1. Aplicam-se as obrigações gerais do Contratado estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo.

6.2. **Obrigações Específicas:**

6.2.1. Os itens deverão ser entregues por meio de transporte do(s) Contratado(s) e através de seus próprios funcionários ou por intermédio de empresa contratada pelo(s) licitante(s) vencedor(es), ficando sob inteira responsabilidade desta(s) o ressarcimento de eventuais danos provenientes de acidente(s) porventura sofridos por seus colaboradores ou por interpostas pessoas.

6.2.2. O(s) contratado(s) deverá(ão) fornecer todos os manuais e catálogos dos itens, editados em língua portuguesa, bem como o catálogo da rede autorizada para fornecer a manutenção dos itens adquiridos.

6.2.3. Os itens licitados deverão conter todos os equipamentos de segurança obrigatórios exigidos pela legislação federal em vigor.

6.2.4. O(s) Contratado(s) fica(m) obrigado(s) a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o item e/ou componente e peças em que se verificarem vícios, defeitos ou



Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA

incorreções, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento do objeto até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.

- 6.2.5. No caso de o objeto da contratação ser rejeitado, o(s) Contratado(s) deverá(ão) providenciar a troca por outro sem defeito ou de acordo com o Termo de Referência dentro do prazo de **72 (setenta e duas) horas**, contadas da notificação enviada pelo Município, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e em seus anexos, ficando sob sua responsabilidade todos os custos da operação de troca.
- 6.2.6. Se sujeitar à fiscalização e controle de qualidade dos equipamento fornecidos, durante toda a vigência da contratação, de ofício ou por requerimento, por meio da realização de testes juntamente com a avaliação de sua conformidade com a especificação declarada, nos termos do regulamento municipal que garanta a contraditório e a ampla defesa.
- 6.2.7. Respeitado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do regulamento, constatando-se a inconformidade, a empresa contratada será responsável pelo ressarcimento das despesas relacionadas, sem prejuízo da apuração de sua responsabilidade administrativa e cível.
- 6.2.8. É responsabilidade do fornecedor entregar os implementos agrícolas devidamente montados, prontos para uso.
- 6.2.9. O Contratado deverá realizar entrega técnica dos implementos, responsabilizando-se em apresentar o funcionamento e todas as características do implemento, desde sua operação básica até detalhes mais avançados, manutenção e dicas de cuidados.
- 6.2.10. Responsabilizar-se por todas as despesas com material, mão de obra, acidentes de trabalho, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, transportes, fretes, equipamentos, seguros, tarifas, taxas, tributos, contribuições de qualquer natureza ou espécie, salários e quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução dos serviços contratados.
- 6.2.11. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens da Contratante, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução deste contrato.
- 6.2.12. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.
- 6.2.13. Entregar o produto, de acordo com os prazos e especificações constante neste termo.
- 6.2.14. Providenciar, em prazo definido pela Administração, correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante.
- 6.2.15. Caso solicitado pela Secretaria demandante, o Contratado deverá orientar o Contratante quanto a utilização dos itens objeto deste Termo.
- 6.2.16. Apresentar no ato da entrega dos bens os Termos ou Certificados de Garantia e os Registros e licenciamentos requeridos no objeto.
- 6.2.17. Não empregar materiais ou acessórios impróprios, de qualidade inferior ou contrários às normas legais de segurança e ambientais, não podendo tal fato ser invocado para justificar cobrança adicional a qualquer título.
- 6.2.18. Arcar com as despesas de qualquer natureza, em todo caso de devolução ou extravio dos bens.
- 6.2.19. Responsabilizar-se pelas despesas referentes ao manuseio e transporte do objeto, desde o fabricante até o local de entrega previsto neste instrumento.
- 6.2.20. Oferecer garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses dos itens que compõem o objeto da contratação.



Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA

7. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

7.1. Condições Gerais:

7.1.1. Aplicam-se as condições gerais de gestão e de fiscalização estabelecidas nas minutas da ata e do contrato, aprovadas pela PGM.

7.2. Condições específicas:

- 7.2.1. O Contratante exercerá a fiscalização dos serviços, por meio do(s) fiscal(is), de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do objeto contratado, podendo ainda, realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pelo(s) contratado(s), efetuando avaliação periódica da execução do objeto da contratação.
- 7.2.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.2.3. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.2.4. Os Fiscais Administrativos e Técnico da Contratação poderão realizar vistorias *in loco*, nas dependências do estabelecimento do Contratado, a qualquer momento, durante a vigência da ata/contrato, bem como exigir a comprovação da natureza e da qualidade das mercadorias.
- 7.2.5. A fiscalização da execução do objeto deste termo, bem como sua qualidade, serão realizadas pelo(s)(as) servidor(es)(as) abaixo designado(s)(as), aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato:

Função	Servidor(a)	Cargo	Provimento	Lotação
Fiscal Administrativo da Contratação	Rafael Francisco da Silva	Engenheiro Agrônomo	Efetivo	SEAMA
Fiscal Técnico da Contratação	Rafael Francisco da Silva	Engenheiro Agrônomo	Efetivo	SEAMA
Gestor da Contratação	Gabriel Julio Alexandre Schuingel	Analista de Contratações	Efetivo	SELOG

7.2.6. Cabe ao(à) Fiscal Técnico(a) da contratação a análise das questões técnicas e a aferição dos documentos relativos à qualidade dos materiais fornecidos.

7.2.7. Aos Fiscais Administrativos da contratação incumbem as seguintes atribuições:

- a) atestar, em documento hábil, o fornecimento, a entrega ou a execução dos serviços;
- b) confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato ou na ata de registro de preços;
- c) verificar se o prazo de fornecimento dos produtos ou de execução dos serviços, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual ou na ata de registro de preços;
- d) comunicar ao gestor eventuais atrasos nos prazos de entrega e/ou execução do objeto, bem como os pedidos de prorrogação, se for o caso;



Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA

- e) acompanhar e controlar, quando for o caso, o estoque de materiais de reposição, destinado à execução do objeto contratado/registrado, relativamente à qualidade e quantidade necessárias e/ou previstas contratualmente/no registro;
 - f) observar que os funcionários se apresentem uniformizados e/ou com crachá de identificação quando estipulado em contrato/registro;
 - g) acompanhar a execução contratual ou da ata de registro de preços, informando ao(à) gestor(a) as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento da obra, do fornecimento ou da prestação do serviço, por meio do termo anexado a presente instrução;
 - h) informar, em prazo hábil no caso de haver necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato ao(à) gestor(a) do contrato/ata de registro de preços; emitir e controlar, periodicamente, as ordens de compras/serviços necessárias para a execução do objeto contratado/registrado;
- 7.2.8.** Os materiais adquiridos estarão sujeitos à fiscalização e controle de qualidade durante toda a vigência da contratação, de ofício ou por requerimento, por meio da realização de testes em amostras de produtos ou de materiais fornecidos juntamente com a avaliação de sua conformidade com a especificação declarada, nos termos do regulamento municipal que garanta o contraditório e a ampla defesa.
- 7.2.9.** O Município de Capanema poderá contratar empresa especializada para a realização dos testes em amostras de produtos ou de materiais fornecidos, a qualquer tempo, após a entrega desses produtos ou materiais.
- 7.2.10.** Respeitado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do regulamento, constatando-se a inconformidade das amostras testadas, a empresa contratada será responsável pelo ressarcimento das despesas relacionadas aos testes realizados, sem prejuízo da apuração de sua responsabilidade administrativa, cível e criminal.
- 7.2.11.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) ou pelos respectivos substitutos, nos termos do regulamento, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.
- 7.2.12.** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no disposto neste item.

IAP – ÍNDICE DE ATENDIMENTO NO PRAZO	
Tópico	Descrição
Finalidade	Medir o tempo de atraso na execução do objeto da contratação, de acordo com o disposto neste TR .
Meta a cumprir	IAP igual ou superior a (90)%.
Instrumento de medição	Deve ser aferido por meio de ferramentas, procedimentos de amostragem ou outros procedimentos de inspeção.
Forma acompanhamento	de É apurado pelos fiscais do contrato avaliando a quantidade atendida dentro do prazo em relação à quantidade total atendida no período de referência.
Periodicidade	Mensal



Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA

Mecanismo de Cálculo (métrica)	IAP = 100 * ($\Sigma Q_{tap} / \Sigma Q_{tr}$) Onde: IAP = Indicador de atendimento aos prazos do serviço; ΣQ_{tap} = Somatório do quantitativo atendido no prazo máximo estabelecido no TR com previsão de encerramento para o período de referência; ΣQ_{tr} = Somatório do quantitativo total registrado com previsão de encerramento para o período de referência.
Observações	Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição. Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.
Início de Vigência	A partir da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	IAP \geq 90%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal. IAP \geq 80% e $<$ 90%: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal. IAP \geq 70% e $<$ 80%: 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal. IAP $<$ 70%: 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal.

7.2.13. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

- a) não produzir os resultados acordados;
- b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2.14. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da execução do objeto da contratação.

8. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Condições gerais:

8.1.1. Aplicam-se as condições gerais de recebimento estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo e no edital naquilo que não conflitar com o contido neste Termo de Referência.

8.2. Condições específicas:

8.2.1. Antes de efetuar a entrega do objeto, caberá ao Contratado apresentar prévia comunicação escrita a respeito da data agendada, informando ao fiscal do Contrato, que verificará o item entregue e confeccionará um Termo de Recebimento Provisório, identificando o bem recebido, com a finalidade apenas de atestar que o Contratado entregou o item na data estipulada, fornecendo uma cópia do documento ao Contratado.

8.2.2. Após tal inspeção e eventuais regularizações de pendências, será lavrado Termo de Recebimento Definitivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas e os produtos substituídos, disponibilizando uma das vias para o Contratado.

8.2.3. O recebimento definitivo do objeto de contratação não exime o Contratado de fornecer garantia e de arcar com responsabilidades derivadas do contrato administrativo e das disposições legais em vigor (Leis nº 10.406, de 2002 e nº 8.078/1990).

8.2.4. Após o recebimento provisório, o Município (Contratante), por meio de comissão de recebimento, formada por três servidores efetivos, realizará, no prazo de até 15 (quinze)



Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA

dias, a liquidação da aquisição, isto é, a verificação da compatibilidade dos bens entregues com as especificações do Termo de Referência para fins de recebimento definitivo.

- 8.2.5.** A Comissão realizará inspeção minuciosa de todos os implementos por meio de servidores públicos efetivos competentes, acompanhados do Fiscal da Contratação, com a finalidade de verificar a adequação do bem.

9. DO PAGAMENTO

9.1. Condições gerais:

- 9.1.1.** Aplicam-se as condições gerais de pagamento estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo e no edital.

9.2. Condições específicas:

- 9.2.1.** Não há condições específicas de pagamento para esta contratação.

10. DA DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1.** Os valores despendidos com a presente contratação estão de acordo com o planejamento orçamentário.

- 10.2.** A dotação orçamentária específica será indicada no Parecer Contábil.

11. JUSTIFICATIVAS PARA A CONTRATAÇÃO

11.1. DA NECESSIDADE E DA ESCOLHA DO OBJETO

- 11.1.1.** O município de Capanema/PR localiza-se na Região Sudoeste do Estado do Paraná, sua população é de 21.022 pessoas (IBGE/2024), sendo grande parte população rural. Possui área total de 418,705 km² e tem como base da sua economia a agricultura, onde produz uma variedade de produtos/serviços, sendo um dos principais agentes econômicos da cidade. Ainda assim, possui boa parte da população na agricultura familiar.

- 11.1.2.** Nesse rumo, na busca de contribuir para o crescimento da agricultura na região, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente realiza a presente aquisição, que visa contribuir para o acesso de pequenos e médios produtores rurais, por meio do programa de incentivo, às práticas de mecanização e conservação do solo, assim como a preservação do meio ambiente, possibilitando aos produtores rurais a mecanização dos processos de produção, aliados ao uso correto dos recursos naturais, buscando o aumento de produtividade e renda.

- 11.1.3.** A presente aquisição busca dotar a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de ferramentas que possam contribuir para o crescimento da agricultura local, propondo estratégias que apontem para um caminho concreto para formação de tecnologia adaptadas para produção agrícola.

- 11.1.4.** Nessa seara, a colhedora de forragem é essencial para aumentar a eficiência na produção de forragem, promovendo a sustentabilidade e a produtividade agropecuária do município. Ela permite a colheita rápida, reduz perdas, otimiza recursos e diminui a necessidade de mão de obra, gerando melhor custo-benefício. Além disso, contribui para o manejo adequado das pastagens, garantindo alimento de qualidade para os rebanhos e fortalecendo a agricultura familiar e a economia local.



Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA

- 11.1.5. O uso do distribuidor de calcário é fundamental para assegurar a saúde do solo e maximizar a produtividade das culturas. Sua aplicação uniforme e precisa corrige a acidez do solo, garantindo condições ideais para o desenvolvimento das plantas, o que contribui diretamente para o sucesso das práticas agrícolas e o aumento da eficiência na produção.
- 11.1.6. A aquisição de uma plataforma basculante hidráulica para trator é essencial para otimizar o transporte de materiais no meio rural, oferecendo mais agilidade, segurança e eficiência nas operações. O equipamento facilita o trabalho em terrenos irregulares, reduz o esforço e a necessidade de mão de obra, além de minimizar danos ao material transportado. Seu uso beneficiará diretamente os pequenos produtores, melhorando a logística no campo e contribuindo para a produtividade e sustentabilidade agrícola do município.
- 11.1.7. Desta forma, esses equipamentos objetivam o desenvolvimento econômico e social, a partir da garantia de condições adequadas para produzir e escoar a produção agropecuária, criando empregos, renda e beneficiando os produtores rurais do Município de Capanema/PR.

11.2. DO PREÇO

- 11.2.1. Como parâmetro para a definição do preço máximo dessa contratação, foram utilizados 3 (três) orçamentos encaminhados de fornecedores e 6 (seis) contratações similares feitas pela Administração Pública de outros entes em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, conforme autoriza o art. 38, I, VI e VII, da LCM 14/22.
- 11.2.2. O orçamento do item 1 (colhedora de forragem) encaminhado pelo fornecedor DIMÁQUINAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA foi desconsiderado devido a discrepância do preço apresentado em relação aos demais orçamentos apresentados (valor muito superior aos demais).
- 11.2.3. Dessa forma, o valor máximo do item foi definido através da **média de preços** obtido de cotações via orçamentos válidos encaminhados por fornecedores e por contratações similares realizadas pela Administração Pública de outros entes, cujo relatório se encontra encartado na fase interna da presente contratação, conforme determina o art. 38, § 3º, da LCM 14/22.

11.3. DA RAZÃO DE ESCOLHA DAS EMPRESAS COTADAS

- 11.3.1. Em cumprimento ao art. 38, VI, da LCM 14/22, em decorrência do princípio do desenvolvimento local, a Secretaria de Logística e Contratações encaminhou pedidos de cotações de preços, via e-mail, para todas as empresas cadastradas no sistema de fornecedores do Município de Capanema/PR que trabalham com o objeto desta contratação e que constava, na data da pesquisa, cadastro ativo.
- 11.3.2. Além disso, foram encaminhados pedidos de cotações de preços para empresas que trabalham com o objeto desta contratação e que já participaram de certames semelhantes em outros municípios, bem como para empresas regionais que comercializam máquinas e equipamentos agrícolas, demonstrando o esforço da Administração em obter a proposta mais vantajosa para a contratação, cujo relatório se encontra encartado na fase interna da presente contratação.



Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA

12. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Não se aplica ao presente caso.

13. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO/CONTRATATO

13.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses.

14. INFORMAÇÕES PARA COMPLEMENTAÇÃO DO EDITAL

14.1. Não se aplica ao presente caso.

15. INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

15.1. Havendo qualquer discordância entre a descrição ou unidade de medida do CATMAT e a do TR, prevalecerá a descrição e unidade de medida deste instrumento.

15.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do MUNICÍPIO DE CAPANEMA (CNPJ: 75.972.760/0001-60), sito na Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 1080, Centro, Capanema - PR, CEP: 85.760-000.

15.3. As informações técnicas sobre os itens que compõem o objeto da contratação devem ser solicitadas à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, por meio do e-mail: agricultura@capanema.pr.org.br

15.4. As Informações técnicas sobre as regras e procedimentos estabelecidos para o presente processo de contratação devem ser solicitadas à Secretaria Municipal de Contratações Públicas, por meio do e-mail: licitacao@capanema.pr.gov.br.

15.5. Mecanismos formais de comunicação.

15.5.1. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre o Contratante e o Contratado, os seguintes:

- a) Ordem de Serviço;
- b) Ata de Reunião;
- c) Ofício;
- d) Sistema de abertura de chamados;
- e) E-mails;
- f) Mensagens por meio do aplicativo WhatsApp entre o Fiscal da Contratação e o responsável legal ou preposto do Contratado.

Município de Capanema - Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono**, dia 01 de fevereiro de 2025.


Airton Marcelo Barth

Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente


Mara Daniele Gambetta
Analista de Contratações



Município de Capanema - PR
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA

Ciência do(a) Fiscal da Contratação em ____ / ____ / ____


Rafael Francisco da Silva

Fiscal Administrativo e Técnico da Contratação


Gabriel Julio Alexandre Schuingel
Gestor da Contratação

Dados do Plano de Ação

Permite a manutenção de Planos de Ação no sistema

Plano de Ação: 09032022-018149 / 2022

Programa: 09032022

Situação: Cliente

Beneficiário: 75.972.760/0001-60 - MUNICIPIO DE CAPANEMA (PR)

Emenda Parlamentar: 202228490003-Zeca Dirceu

Dados Básicos Dados Orçamentários Plano de Trabalho Relatório Gestão

Dados do Beneficiário ^

Beneficiário (Obrigatório)			UF (Obrigatório)
75.972.760/0001-60 - MUNICIPIO DE CAPANEMA			PR
Banco (Obrigatório)	Agência (Obrigatório)	Conta (Obrigatório)	Situação da Conta (Obrigatório)
104 - Caixa Econômica Federal	1256-4	6672005-0	Conta Ativa

Dados da Emenda Parlamentar ^

Emenda Parlamentar (Obrigatório)	Valor de Custeio (Obrigatório)	Valor de Investimento (Obrigatório)
202228490003-ZECA DIRCEU	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00

Dados Complementares do Plano ^

Finalidades selecionadas

Tipo :

Ações

Nenhum item encontrado

Programações Orçamentárias selecionadas

Descrição :

Ações

Nenhum item encontrado

Histórico ^

Voltar

REDES SOCIAIS



Município de Capanema 2024
Lista de Empresas

inscrição	cnpj	Razão Social	Nome Fantasia	nome inscrição	cnae
19194	02157319000150	TRANSMAK COMERCIO DE PECAS E CONsertos DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA			4661-3/00
22519	04492144000163	ELCIR TREVISAN & CIA LTDA			4530-7/04
23809	05257285000164	CATARATAS DO IGUAÇU PRODUTOS ORGANICOS LTDA	GEBANA BRASIL		1069-4/00
24261	05585603000116	ARISTEU ADRIANO PIOVESAN & CIA LTDA	CASA DO COLONO		4789-0/04
24341	02177320000147	PANAZZOLO E PANAZZOLO LTDA	AGRO IGUAÇU		4683-4/00
38482	05848127000189	JAIME MASSOLA - ME	J. MASSOLA MAQUINAS AGRÍCOLAS		4661-3/00
44521	27052469000120	M R DE FREITAS	G.V. MONTAGENS E SOLUÇÕES		4614-1/00
46396	29174236000126	SINAI TRANSPORTES E COMERCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA	SINAI TRANSPORTES		4930-2/02
48879	31493699000100	JANE CLEONICE LORENZONI MASSOLA	MAQUINAS AGRICOLAS MASSOLA		4661-3/00
51217	34515263000155	FAVLER LUCIANO TRAPP FACCIO	GLOBAL FERRAMENTAS		4744-0/01
51454	34829306000177	DJENIFER VITORIA BERSCH	AGROLEITE VETERINÁRIA		4771-7/04
52205	35288787000113	GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI	SOBERANA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO		4744-0/99
55620	39773878000103	ROGERIO SPOHR	SPOHRMAQ		4661-3/00
56324	37364982000100	MILTON ANTONIO DOS SANTOS REPRESENTANTE COMERCIAL			4649-4/08
59021	45519707000147	GUERRA ACABAMENTOS LTDA			4744-0/06
59030	45539399000111	NUTRIR PET VET LTDA	NUTRIR PET VET		9609-2/08
59471	82013665000102	AGROPECUARIA PAVANELO LTDA	AGROPECUARIA PAVANELO		4771-7/04
60577	48415713000142	MONTE REAL ESTRUTURAS METALICAS LTDA			4661-3/00
62618	14935267000185	UNIAO NATIVA INSUMOS AGRICOLAS LTDA	NATIVA		4683-4/00
63045	52082464000198	G PONTIN REPRESENTANTE COMERCIAL			4614-1/00

Critérios de seleção:
Todos.



SELOG Mara PM Capanema-PR <selog.mara@capanema.pr.gov.br>

COTAÇÃO DE PREÇOS - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

1 mensagem

SELOG Mara PM Capanema-PR <selog.mara@capanema.pr.gov.br>

26 de novembro de 2024 às 10:36

Cco: escsaggin12@hotmail.com, rose@gebana.com.br, piovecolono@hotmail.com, tovo@rline.com.br, jmassola@hotmail.com, pedroadones@gmail.com, eldo@blume.com.br, contabiltrevisan@ampernet.com.br, thais_favero2@hotmail.com, spohrmaq@gmail.com, guerramateriais2022@gmail.com, nathi.cristina@hotmail.com, Agropecuária Pavanelo <agropecuariapavanelo@gmail.com>, LEGALIZACAO1@gerencialcontabil.com.br, inovacao@spintegrados.com.br

Senhor fornecedor,

Solicitamos apresentação de proposta orçamentária para a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS**, para o Município de Capanema-PR, para fins de subsidiar futura licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, conforme itens relacionados na planilha anexa.

Informamos que a proposta deverá ser apresentada impreterivelmente até o dia 2/12/2024.

A resposta a este ofício pode ser expedida para este e-mail.

Sendo o que se apresenta, aproveitamos a oportunidade para renovar-lhes a manifestação de respeito e cordial apreço.

Atenciosamente,

Secretaria Municipal de Contratações e Logística

Município de Capanema/PR

 **ORÇAMENTO equipamentos agrícolas.docx**

30K



SELOG Mara PM Capanema-PR <selog.mara@capanema.pr.gov.br>

COTAÇÃO DE PREÇOS - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

4 mensagens

SELOG Mara PM Capanema-PR <selog.mara@capanema.pr.gov.br>

26 de novembro de 2024 às
10:37

Cco: "silvamaquinasagricolasltda@gmail.com" <silvamaquinasagricolasltda@gmail.com>, "recepcao@camagril.com.br" <recepcao@camagril.com.br>, "eloamilani@hotmail.com" <eloamilani@hotmail.com>, schmitzimplementos@hotmail.com, schmitzmaquinas@hotmail.com, atuatimaq@hotmail.com, atendimento@irmaossirtoli.com.br, "dmmaquinas2@gmail.com" <dmmaquinas2@gmail.com>, "planta@plantamaquinas.com.br" <planta@plantamaquinas.com.br>, schemaq@hotmail.com, "ronaldoglesse@hotmail.com" <ronaldoglesse@hotmail.com>, "irmaosschons@gmail.com" <irmaosschons@gmail.com>, "contatoalmeidaagricola@gmail.com" <contatoalmeidaagricola@gmail.com>, contato@grassimaquinas.com.br, edelcio@agronomicanr.com.br, corbani@agronomicanr.com.br, portalmag@hotmail.com, "irineumpa@gmail.com" <irineumpa@gmail.com>, dalmolin@silvamaquinas.com.br, danielgottardo@hotmail.com, comercial@impleforte.com.br, vendas1@impleforte.com.br, contato@metalurgicanetz.com.br, comercial@saojoseindustrial.com.br, "vendas@agrimaq.com.br" <vendas@agrimaq.com.br>, contato@agro22.com.br, "agrohorsemachine.official@gmail.com" <agrohorsemachine.official@gmail.com>

Senhor fornecedor,

Solicitamos apresentação de proposta orçamentária para a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS**, para o Município de Capanema-PR, para fins de subsidiar futura licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, conforme itens relacionados na planilha anexa.

Informamos que a proposta deverá ser apresentada impreterivelmente até o dia **2/12/2024**.

A resposta a este ofício pode ser expedida para este e-mail.

Sendo o que se apresenta, aproveitamos a oportunidade para renovar-lhes a manifestação de respeito e cordial apreço.

Atenciosamente,

Secretaria Municipal de Contratações e Logística

Município de Capanema/PR



ORÇAMENTO equipamentos agrícolas.docx
30K

Mail Delivery Subsystem <mailer-daemon@googlemail.com>
Para: selog.mara@capanema.pr.gov.br

26 de novembro de 2024 às 10:38



Mensagem bloqueada

Sua mensagem foi bloqueada por **schemaq@hotmail.com**.
Consulte os detalhes técnicos abaixo para mais informações.

A resposta do servidor remoto foi:

550 5.5.0 Requested action not taken: mailbox unavailable (S2017062302).
[MWH0EPF000989EC.namprd02.prod.outlook.com 2024-11-26T13:38:00.569Z 08DD0D38FBBAEAE0]

Final-Recipient: rfc822; schemaq@hotmail.com
Action: failed
Status: 5.5.0
Remote-MTA: dns; hotmail-com.olc.protection.outlook.com. (52.101.42.12, the
server for the domain hotmail.com.)
Diagnostic-Code: smtp; 550 5.5.0 Requested action not taken: mailbox unavailable (S2017062302).
[MWH0EPF000989EC.namprd02.prod.outlook.com 2024-11-26T13:38:00.569Z 08DD0D38FBBAEAE0]
Last-Attempt-Date: Tue, 26 Nov 2024 05:38:00 -0800 (PST)

----- Mensagem encaminhada -----

From: SELOG Mara PM Capanema-PR <selog.mara@capanema.pr.gov.br>
To: undisclosed-recipients;
Cc:
Bcc: schemaq@hotmail.com
Date: Tue, 26 Nov 2024 10:37:21 -0300
Subject: COTAÇÃO DE PREÇOS - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS
----- Message truncated -----

Mail Delivery Subsystem <mailer-daemon@googlemail.com>
Para: selog.mara@capanema.pr.gov.br

26 de novembro de 2024 às 10:38



Mensagem bloqueada

Sua mensagem foi bloqueada por
atendimento@irmaossirtoli.com.br. Consulte os detalhes
técnicos abaixo para mais informações.

A resposta do servidor remoto foi:

554 5.7.1 : Relay access denied

Final-Recipient: rfc822; atendimento@irmaossirtoli.com.br
Action: failed
Status: 5.7.1
Remote-MTA: dns; mx.core.locaweb.com.br. (177.153.23.241, the server for the domain irmaossirtoli.com.br.)
Diagnostic-Code: smtp; 554 5.7.1 <atendimento@irmaossirtoli.com.br>: Relay access denied
Last-Attempt-Date: Tue, 26 Nov 2024 05:38:02 -0800 (PST)

----- Mensagem encaminhada -----

From: SELOG Mara PM Capanema-PR <selog.mara@capanema.pr.gov.br>
To: undisclosed-recipients;
Cc:
Bcc: atendimento@irmaossirtoli.com.br
Date: Tue, 26 Nov 2024 10:37:21 -0300
Subject: COTAÇÃO DE PREÇOS - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS
----- Message truncated -----

Mail Delivery Subsystem <mailer-daemon@googlemail.com>
Para: selog.mara@capanema.pr.gov.br

26 de novembro de 2024 às 10:38



Endereço não encontrado

Sua mensagem não foi entregue a **corbani@agronomicanr.com.br** porque o endereço não foi encontrado ou não pode receber mensagens.

A resposta do servidor remoto foi:

550 5.1.1 : Recipient address rejected: User unknown in virtual mailbox table

Final-Recipient: rfc822; corbani@agronomicanr.com.br
Action: failed
Status: 5.1.1
Remote-MTA: dns; mx.uhserver.com. (200.147.36.29, the server for the domain agronomicanr.com.br.)
Diagnostic-Code: smtp; 550 5.1.1 <corbani@agronomicanr.com.br>: Recipient address rejected: User unknown in virtual mailbox table
Last-Attempt-Date: Tue, 26 Nov 2024 05:38:03 -0800 (PST)

----- Mensagem encaminhada -----

From: SELOG Mara PM Capanema-PR <selog.mara@capanema.pr.gov.br>

To: undisclosed-recipients;;

Cc:

Bcc: corbani@agronomicanr.com.br

Date: Tue, 26 Nov 2024 10:37:21 -0300

Subject: COTAÇÃO DE PREÇOS - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

----- Message truncated -----

FRANCIS RICARDO ATUATI EIRELI

CNPJ: 32.673.663/0001-63

IE: 225/0013823

Rua Jose Schmidt nº 1585, Sala C - São Martinho/RS

Fone/fax: (55) 3533-1432 Email: atuatimaq@hotmail.com

ORÇAMENTO DE PREÇOS

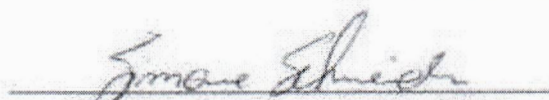
Ao Município de Capanema - PR

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	COLHEDORA DE FORRAGEM. Deve possuir as seguintes características mínimas: - Área total para cultura de verão e inverno com mínimo de 0,92 metros de largura máxima de trabalho; - Tratorizado; - Equipado com 2 tambores recolhedores com discos com facas de alta velocidade em cada tambor; - Transmissão por coroa e pinhão com caixa blindada; - Com 4 rolos internos sendo 2 rolos recolhedores, 1 liso e 1 móvel; - Rotor regulável com 12 facas em perfil "C"; - Processador de grãos; - 6 lançadores; - Plataforma articulável; - Engrenagens com regulagem de tamanho de corte, mínimo de 16 tamanhos de picado (2 a 36mm); - Afiador com pedra embutido; - Contrafaca do rotor fixa com duas vidas; - 2 limpadores por rotor; - Bica de saída dobrável com proteção interna; - Pé de apoio; - Cardan de acionamento; - Dedos alinhadores; - Tambores recolhedores; - Tombador; - Pistão de giro da bica; - Caixa de ferramentas; - Caixa da plataforma lubrificada por graxa; - Cardan de acionamento do rotor e rolos; - Alavanca de comando manual do quebra jato (versão semi-hidráulica); - Transmissão por caixa e cardan; - Comando hidráulico da bica; - Rotação requerida na TDP de 540 rpm; - Potência requerida na TDP de 65 a 95 cv; - Garantia mínima de 12 meses; - Deverá ser produto novo, sem qualquer sinal de uso. MARCA JF	UN	01	72.000,00	72.000,00
2	DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO ÓXIDO, TIPO COCHO. Deve possuir as seguintes características mínimas: - Largura de aplicação: 4 metros; - Capacidade de carga: 4 toneladas; -	UN	01	57.500,00	57.500,00

	<p>Peso mínimo: 700kg; - Pneus novos: 400/60; - Possuir contenção de nivelamento; - Possuir sistema anti deriva; - Possuir pé de descanso com cabeçalho móvel; - Possuir sistema de regulagem de precisão com fácil acesso; - Possuir distribuição por alívio, sistema lençol, por gravidade; - Possuir sistema de abertura da comporta de distribuição com regulagem por comando hidráulico; - Possuir sistema de agitação interno; - Deve comportar regulagem de abertura; - Possuir tela de proteção superior evitando a entrada de pedras e sólidos diversos; - Garantia mínima de 12 meses; - Deverá ser produto novo, sem qualquer sinal de uso.</p> <p>MARCA MEPEL</p>				
3	<p>PLATAFORMA BASCULANTE HIDRÁULICA. Deve possuir as seguintes características mínimas: - Engate nos 3 pontos do trator; - Lâmina traseira; - Descarga acionada por comando hidráulico; - Capacidade mínima de carga de 700 kg; - Comporta traseira removível; - Pintura à base de poliéster; - Dimensões mínimas de 1.700x1000x400mm; - Garantia mínima de 12 meses - Deverá ser produto novo, sem qualquer sinal de uso.</p> <p>MARCA SÃO JOSÉ</p>	UN	01	7.500,00	7.500,00

Validade do orçamento: 60 (sessenta) dias.

São Martinho/RS, 27 de novembro de 2024.



FRANCIS RICARDO ATUATI EIRELI

CNPJ: 32.673.663/001-63

32.673.663/0001-63

FRANCIS RICARDO ATUATI EIRELI

Rua José Schmidt, 1585 - Sala C
CEP 98.690-000 São Martinho RS

PROPOSTA DE PREÇOS

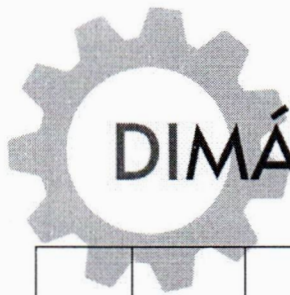
Razão Social: Dimaquinas Maquinas e Equipamentos Ltda

CNPJ: 02.464.226/0001-79 - Inscrição Estadual: 085/0027659

Pessoa para contato: Altair Fabro CPF: 587.244.600-44 RG: 1039589815

Telefone: (54) 3242- 1333 wats: 54 9 9702 7651

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	01	Un	<p>COLHEDORA DE FORRAGEM.</p> <p>Deve possuir as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Área total para cultura de verão e inverno com mínimo de 0,92 metros de largura máxima de trabalho;- Tratorizado;- Equipado com 2 tambores recolhedores com discos com facas de alta velocidade em cada tambor;- Transmissão por coroa e pinhão com caixa blindada; - Com 4 rolos internos sendo 2 rolos recolhedores, 1 liso e 1 móvel; - Rotor regulável com 12 facas em perfil "C"; - Processador de grãos; - 6 lançadores; - Plataforma articulável; - Engrenagens com regulagem de tamanho de corte, mínimo de 16 tamanhos de picado (2 a 36mm); - Afiador com pedra embutido; - Contrafaca do rotor fixa com duas vidas; - 2 limpadores por rotor; - Bica de saída dobrável com proteção interna; - Pé de apoio; - Cardan de acionamento; - Dedos alinhadores; - Tambores recolhedores; - Tombador; 	R\$ 110.000,00	R\$ 110.000,00



			<ul style="list-style-type: none">- Pistão de giro da bica;- Caixa de ferramentas;- Caixa da plataforma lubrificada por graxa;- Cardan de acionamento do rotor e rolos;- Alavanca de comando manual do quebra jato (versão semi-hidráulica);- Transmissão por caixa e cardan;- Comando hidráulico da bica;- Rotação requerida na TDP de 540 rpm;- Potência requerida na TDP de 65 a 95 cv;- Garantia mínima de 12 meses;- Deverá ser produto novo, sem qualquer sinal de uso.		
02	01	Un	<p>DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO ÓXIDO, TIPO COCHO.</p> <p>Deve possuir as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Largura d- Capacidade de carga: 4 toneladas;- Peso mínimo: 700kg;- Pneus novos: 400/60;- Possuir contenção de nivelamento;- Possuir sistema anti deriva;- Possuir pé de descanso com cabeçalho móvel;- Possuir sistema de regulagem de precisão com fácil acesso;- Possuir distribuição por alívio, sistema lençol, por gravidade;- Possuir sistema de abertura da comporta de distribuição com regulagem por comando hidráulico;- Possuir sistema de agitação interno;	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00

			<ul style="list-style-type: none"> - Deve comportar regulagem de abertura; - Possuir tela de proteção superior evitando a entrada de pedras e sólidos diversos; - Garantia mínima de 12 meses; - Deverá ser produto novo, sem qualquer sinal de uso.e aplicação: 4 metros; 		
03	01	Un	<p>PLATAFORMA BASCULANTE HIDRÁULICA.</p> <p>Deve possuir as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Engate nos 3 pontos do trator; - Lâmina traseira; - Descarga acionada por comando hidráulico; - Capacidade mínima de carga de 700 kg; - Comporta traseira removível; - Pintura à base de poliéster; - Dimensões mínimas de 1.700x1000x400mm; - Garantia mínima de 12 meses - Deverá ser produto novo, sem qualquer sinal de uso. 	R\$ 9.800,00	R\$ 9.800,00
Valor total: R\$ 179.800,00 (Cento e setenta e nove mil reais)					

Validade da proposta 60 dias

Nova Prata 02 dezembro de 2024

**DIMAQUINAS
MAQUINAS E
EQUIPAMENTOS
LTDA:02464226000
179**

Assinado de forma digital
por DIMAQUINAS
MAQUINAS E
EQUIPAMENTOS
LTDA:02464226000179
Dados: 2024.12.02 15:17:08
-03'00'

Artur Fabro

CPF: 012.608.260 - 07

J. MASSOLA MÁQUINAS AGRÍCOLAS.

CNPJ: 05.848.127/0001-89 Insc. Est.: 90288289-82

Av. Independência nº 1598 - Centro

Cidade: Capanema - PR CEP: 85760-000

Fone: (046) 3552-1085

Data: 03/12/2024

ORÇAMENTO

À PREFEITURA MUN. DE CAPANEMA PR.

Quant.	Descrição dos produtos	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
01	<p>COLHEDORA DE FORRAGEM.</p> <ul style="list-style-type: none">- Área total para cultura de verão e inverno com mínimo de 0,92 metros de largura máxima de trabalho;- Tratorizado;- Equipado com 2 tambores recolhedores com discos com facas de alta velocidade em cada tambor;- Transmissão por coroa e pinhão com caixa blindada;- Com 4 rolos internos sendo 2 rolos recolhedores, 1 liso e 1 móvel;- Rotor regulável com 12 facas em perfil "C";- Processador de grãos;- 6 lançadores;- Plataforma articulável;- Engrenagens com regulagem de tamanho de corte, mínimo de 16 tamanhos de picado (2 a 36mm);- Afiador com pedra embutido;- Contrafaca do rotor fixa com duas vidas;- 2 limpadores por rotor;- Bica de saída dobrável com proteção interna;- Pé de apoio;- Cardan de acionamento;- Dedos alinhadores;- Tambores recolhedores;- Tombador;- Pistão de giro da bica;- Caixa de ferramentas;- Caixa da plataforma lubrificada por graxa;- Cardan de acionamento do rotor e rolos;- Alavanca de comando manual do quebra jato (versão semi-hidráulica);- Transmissão por caixa e cardan;- Comando hidráulico da bica;- Rotação requerida na TDP de 540 rpm;- Potência requerida na TDP de 65 a 95 cv;- Garantia de 12 meses;- Produto novo, sem uso.	77.000,00	77.000,00
01	<p>DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO ÓXIDO, TIPO COCHO.</p> <ul style="list-style-type: none">- Largura de aplicação: 4 metros;- Capacidade de carga: 4 toneladas;	61.000,00	61.000,00

	<ul style="list-style-type: none"> - Peso mínimo: 700kg; - Pneus novos: 400/60; - Possuir contenção de nivelamento; - Possuir sistema anti deriva; - Possuir pé de descanso com cabeçalho móvel; - Possuir sistema de regulagem de precisão com fácil acesso; - Possuir distribuição por alívio, sistema lençol, por gravidade; - Possuir sistema de abertura da comporta de distribuição com regulagem por comando hidráulico; - Possuir sistema de agitação interno; - Deve comportar regulagem de abertura; - Possuir tela de proteção superior evitando a entrada de pedras e sólidos diversos; - Garantia de 12 meses; - Produto novo, sem uso. 		
01	<p>PLATAFORMA BASCULANTE HIDRÁULICA.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Engate nos 3 pontos do trator; - Lâmina traseira; - Descarga acionada por comando hidráulico; - Capacidade mínima de carga de 700 kg; - Comporta traseira removível; - Pintura à base de poliéster; - Dimensões mínimas de 1.700x1000x400mm; - Garantia mínima de 12 meses - Produto novo, sem uso. 	9.000,00	9.000,00

Total R\$

147.000,00

MASSOLA MÁQUINAS AGRÍCOLAS

05.848.127/0001-89

Jaime Massola

Av Independencia 1598 Centro
85760 000 Capanema PR



Município de Capanema – PR

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 104/2024

“PROGRAMA COMPRAS CAPANEMA” Lei Complementar Municipal nº 14/2022 (LCM 14/22)

O **MUNICÍPIO DE CAPANEMA**, com sede na Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 75.792.760/0001-60, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, o sr. Américo Bellé, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) **SANTAGRO COMERCIO AGRÍCOLA LTDA**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 35.441.994/0001-66, sediado(a) no seguinte endereço: AV. PRESIDENTE GETULIO VARGAS, 1652 - CEP: 86770000 - BAIRRO: CENTRO, no Município de Santa Fé/PR, com o seguinte endereço eletrônico: santagrocomercio@hotmail.com, e com o seguinte contato telefônico e WhatsApp: 44999440318, a seguir denominado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). **WALDEMAR BERALDI JUNIOR**, CPF Nº 797.673.209-97, com função de: Representante Legal, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo de Contratação do Pregão Eletrônico nº 18/202X** e em observância às disposições da **Lei Complementar Municipal nº 14/2022 (LCM 14/22)** e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições enunciadas neste instrumento.

ÓRGÃO GESTOR DO CONTRATO:

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente- SEAMA

ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) DA CONTRATAÇÃO:

Não se Aplica

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. RESUMO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS CONFORME O CONVÊNIO 941883-2023, TIPO COLHEDORA DE FORRAGEM DE ÁREA TOTAL, PLANTADEIRA DE PLANTIO DIRETO 7 LINHAS, GRADE ARADORA INTERMEDIÁRIA, CELEBRADO ATRAVÉS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO (MAPA).

1.2. DESCRIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
1	67831	COLHEDORA DE FORRAGEM DE ÁREA TOTAL PARA CULTURA DE VERÃO E INVERNO COM MÍNIMO DE 0,92 METRO DE LARGURA MÁXIMA DE TRABALHO, TRATORIZADO, EQUIPADO COM DOIS TAMBORES RECOLHEDORES COM DISCOS COM FACAS DE ALTA	CREMA SCO	UN	1,00	59.600,00	59.600,00



Município de Capanema – PR

	<p>VELOCIDADE EM CADA TAMBOR, TRANSMISSÃO POR COROA E PINHÃO COM CAIXA BLINDADA, COM 4 ROLOS INTERNOS SENDO 02 ROLOS RECOLHEDORES, 01 LISO E 01 MÓVEL, ROTOR REGULÁVEL COM 12 FACAS EM PERFIL “C”, PROCESSADOR DE GRÃOS, 06 LANÇADORES, PLATAFORMA ARTICULÁVEL, ENGRENAGENS COM REGULAGEM DE TAMANHO DE CORTE, MÍNIMO DE 16 TAMANHOS DE PICADO (2 A 36MM), AFIADOR COM PEDRA EMBUTIDO, CONTRAFACA DO ROTOR FIXA COM DUAS VIDAS, 02 LIMPADORES POR ROTOR, BICA DE SAÍDA DOBRÁVEL COM PROTEÇÃO INTERNA, PÉ DE APOIO, CARDAN DE ACIONAMENTO, DEDOS ALINHADORES, TAMBORES RECOLHEDORES, TOMBADOR, PISTÃO DE GIRO DA BICA, CAIXA DE FERRAMENTAS, CAIXA DA PLATAFORMA LUBRIFICADA POR GRAXA, CARDAN DE ACIONAMENTO DO ROTOR E ROLOS, ALAVANCA DE COMANDO MANUAL DO QUEBRA JATO (VERSÃO SEMI-HIDRÁULICA), TRANSMISSÃO POR CAIXA E CARDAN, COMANDO HIDRÁULICO DA BICA, ROTAÇÃO REQUERIDA NA TDP DE 540 RPM, POTÊNCIA REQUERIDA NA TDP DE 65 A 95 CV. COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.</p>					
--	---	--	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) o Termo de Referência;
- b) **o Edital da Licitação;**
- c) a Proposta do contratado;
- d) eventuais anexos dos documentos supracitados.



Município de Capanema – PR

1.3.1. Eventual conflito de informações constantes nos documentos mencionados acima, prevalecerá aquele que for mais vantajoso para o Contratante, observada a boa-fé.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE FORNECIMENTO/PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O objeto desta contratação deve ser fornecido/prestado pelo Contratado respeitando-se o disposto no termo de referência, no instrumento convocatório, se cabível, na proposta e de acordo com as normas técnicas aplicáveis.

2.2. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

2.3. Em não havendo peculiaridades do objeto da contratação, devidamente previstas no Termo de Referência, serão observadas as seguintes regras básicas:

2.3.1. Quando necessitar do produto ou da prestação de serviço, o órgão público interessado elaborará um requerimento de compra/prestação de serviço, que conterá, ao menos, as seguintes informações:

- a) identificação do órgão público solicitante;
- b) descrição dos objetos a serem adquiridos ou os serviços a serem prestados;
- c) local onde serão entregues os objetos ou prestados os serviços;
- d) prazo para entrega dos objetos ou para a prestação dos serviços;
- e) quantidade, medidas, marcas, especificações etc. dos objetos ou serviços, se aplicável;
- f) justificativa da quantidade do objeto da contratação e da sua necessidade;
- g) assinatura da(o) responsável pelo órgão público solicitante e/ou do Fiscal da Contratação.

2.4. Em regra, o encaminhamento do requerimento indicado no subitem 2.3.1 será encaminhado por meio do Fiscal da Contratação ou do Secretário da pasta, por meio eletrônico, ao Contratado, o qual somente poderá ser enviado posteriormente à emissão da requisição de empenho e/ou da nota de empenho pelo setor competente.

2.5. O contratado fornecerá o produto ou prestará o serviço nos termos constantes do requerimento indicado no subitem 2.3.1.

2.6. Salvo em situação excepcional, o contratado somente deve fornecer o objeto ou prestar o serviço quando lhe for encaminhado o requerimento indicado no subitem 2.3.1.

2.7. A recusa fundamentada no subitem 2.6 não gera responsabilidade ou penalização ao contratado.

2.8. O não cumprimento do disposto neste artigo enseja a nulidade da contratação e a possibilidade de responsabilização dos envolvidos.

2.9. Salvo em situação excepcional, o fornecimento de objetos ou a prestação dos serviços pelo licitante contratado sem o prévio recebimento do requerimento a que alude o subitem 2.3.1 configura a concorrência do licitante contratado para a nulidade da contratação.

2.10. Sem prejuízo do controle central da documentação, cada órgão público manterá o controle, preferencialmente em meio eletrônico, dos requerimentos a que se refere o subitem 2.3.1, de forma a permitir a fiscalização de órgãos internos e externos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da presente contratação será de **12 (doze) meses**, contados a partir da publicação oficial do extrato deste instrumento no Diário Oficial Eletrônico do Município.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.1. O valor total máximo da contratação é de R\$ **59.600,00 (Cinquenta e Nove Mil e Seiscentos Reais)**.

4.1.1. O valor de cada item está descrito na cláusula primeira deste instrumento.



Município de Capanema – PR

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos/executados.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1. O Contratado obriga-se a respeitar as condições e a cumprir todas as obrigações descritas no Termo de Referência, além das seguintes obrigações gerais:

a) fornecer o objeto/prestar os serviços em perfeitas condições no tempo, lugar e forma estabelecidos previamente pela Administração Municipal, nos termos da cláusula segunda deste instrumento;

b) o Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto

c) cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar a data, horários e local de entrega do objeto/prestação de serviços previamente agendado pela Administração Municipal;

d) encaminhar à Administração Municipal a Nota Fiscal/Fatura correspondendo ao valor do bem adquirido/serviço prestado, no ato do fornecimento objeto ou no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** após o fornecimento ou a prestação dos serviços;

e) não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem a observância do disposto neste instrumento;

f) responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir no fornecimento do objeto/execução dos serviços;

g) no caso de prestação de serviços, substituir o profissional que não esteja desempenhando a sua função de maneira eficiente, a pedido da Administração;

h) caso haja necessidade, fica sob responsabilidade do Contratado os ônus com transporte, locomoção, alimentação, hospedagem, entre outros, de seus funcionários e veículos, para o fornecimento do objeto/prestação de serviços;

i) o Contratado obriga-se a prestação de garantia legal, conforme previsto no CDC, além da garantia contratual, prevista no termo de referência, independentemente do prazo de vigência do presente instrumento.

1.1. j) em se tratando de aquisição, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

k) Em se tratando de prestação de serviços, manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

l) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

m) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

n) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

o) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



Município de Capanema – PR

p) Em se tratando de prestação de serviços, prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

q) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

r) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

s) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato;

t) não contratar empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento, incluindo os respectivos parentes até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 13 do STF;

u) não contratar pessoas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente político ou dirigente do órgão interessado na contratação ou com agente público que desempenhe função no respectivo processo de contratação ou que atue na execução, controle ou fiscalização da contratação, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

v) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

x) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

w) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

y) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

z) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para *qualificação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica*;

aa) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

bb) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 182, II, d, da LCM 14/22.

cc) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

dd) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

1.2. **ee)** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios



Município de Capanema – PR

demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

1.3. **ff)** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

1.4. **gg)** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

1.5. **hh)** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

1.6. **ii)** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

1.7.

5.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

1.8. **5.2.1. Em havendo previsão expressa no Termo de Referência**, é permitida a subcontratação parcial do objeto, nos termos e nos limites lá previstos, observando-se as seguintes condições:

1.8.1. **a)** É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação;

1.8.2. **b)** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

1.9. **5.2.2.** A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

1.9.1.5.2.3. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

1.10. **5.2.4.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Além do disposto no Termo de Referência, o CONTRATANTE obriga-se a:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e normas aplicáveis;

c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do



Município de Capanema – PR

objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o disposto no § 4º do art. 201 da LCM 14/22;

f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste instrumento e no Termo de Referência;

g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei, neste instrumento e seus anexos;

h) Cientificar a Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios, de nenhum interesse para a boa execução do ajuste ou que não cumprem os requisitos mínimos para avaliação e compreensão do pedido.

j) A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

k) Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. As regras a respeito do pagamento estão previstas no Termo de Referência e no Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2024	4150	10.001.20.606.2001.1209	0	4.4.90.52.00.00	De Exercícios Anteriores
2024	4150	10.001.20.606.2001.1209	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2024	4153	10.001.20.606.2001.1209	955	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

9. CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. As regras a respeito da fiscalização estão previstas no Termo de Referência e no Edital, além das seguintes regras gerais:

a) A fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços decorrentes da presente contratação será exercida pelo(a) servidor(a) indicado no termo de referência, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da contratação e de tudo dará ciência formal ao gestor da Secretaria a que estiver subordinado;

b) A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições ou falhas técnicas, vícios, considerando, ainda, o risco do negócio;

c) O Fiscal anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos,



Município de Capanema – PR

determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES, DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO, DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DA REPACTUAÇÃO

10.1. É permitida a realização de prorrogação contratual, nos termos da LCM 14/22.

10.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

10.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

1.11. 10.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

1.12. 10.1.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

10.2. Prorroga-se automaticamente a vigência do contrato, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, independentemente de publicação oficial, quando necessário para a realização dos atos destinados à formalização da alteração contratual.

10.3. Toda alteração ou prorrogação contratual deverá ser justificada por escrito, ser aprovada pela Procuradoria-Geral do Município e autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

10.4. O fornecedor ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

10.5. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, ou na hipótese de o presente contrato derivar de uma ata de registro de preços, poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

10.6. nas hipóteses de prorrogações contratuais previstas nos artigos 166, 167 e 173, todos da LCM 14/22, por necessidade da Administração ou quando acordado pelas partes, nos casos em que o fornecedor não deu causa à prorrogação, além dos casos em que a vigência contratual é superior a um ano, é devido o reajustamento em sentido estrito do contrato.

10.6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data da publicação do extrato da contratação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Capanema.

10.6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.6.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

10.6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



Município de Capanema – PR

10.6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

10.7. O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro é procedimento formal para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, como nos casos de alteração unilateral do contrato pela Administração ou nos casos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, bem como em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da contratação tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no processo de contratação, que observará o disposto no LCM 14/22 e seu regulamento.

10.8. A repactuação é forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato utilizada para serviços contínuos, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no edital com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, quando se tratar de custos decorrentes de aumento com a mão de obra;

10.8.1. A repactuação somente é aplicável nas contratações cujo objeto possua natureza de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra, de acordo com o disposto no Termo de Referência.

10.8.2. Na hipótese de repactuação, observar-se-ão as regras previstas no art. 192, da LCM 14/22.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO/CANCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

11.1. As regras a respeito da extinção/cancelamento estão previstas no Termo de Referência e no Edital.

11.2. A extinção/cancelamento da contratação, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. A extinção/cancelamento da contratação por ato unilateral ou consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.2.2. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa do Contratado, será esta ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução da contratação, até a data da extinção/cancelamento.

11.3. A extinção/cancelamento da contratação por culpa do Contratado acarretará a retenção de valores eventualmente devidos pelo Contratante, na hipótese de serem devidas multas e indenizações, bem como eventuais prejuízos causados ao Contratante.

11.4. A comunicação da extinção/cancelamento da contratação ao Contratado será feita pelo Agente de Contratações, por meio eletrônico, e o ato de extinção/cancelamento será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, juntando-se comprovante no processo que deu origem à contratação.

11.5. A extinção/cancelamento da contratação será regulada, subsidiariamente, pelas disposições da LCM 14/22 e de seu regulamento.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

12.1. As regras a respeito do recebimento estão previstas no Termo de Referência e no Edital.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As regras a respeito das infrações e sanções administrativas estão previstas no Termo de Referência e no Edital.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MEDIDAS ACAUTELADORAS E DAS MEDIDAS CAUTELARES ADMINISTRATIVAS

1974 - 1975

... the ...

... the ...

... the ...

... the ...



Município de Capanema – PR

14.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

14.2. O Contratante possui a prerrogativa de aplicar as medidas cautelares administrativas, nos termos dos artigos 245 a 247 da LCM 14/22.

14.3. O poder cautelar na seara do processo administrativo sancionador possui as seguintes finalidades:

- a) garantir o sucesso dos trabalhos instrutórios da Administração;
- b) o ressarcimento do patrimônio público lesionado pela conduta ilícita do infrator;
- c) velar pela credibilidade e prestígio do serviço público perante a coletividade;
- d) garantir a eficiência administrativa e a continuidade do serviço público por meio das contratações.

14.4. As cautelares administrativas próprias são aquelas que podem ser deferidas no âmbito da própria administração pública sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.

14.5. As cautelares administrativas impróprias são aquelas que para serem deferidas no âmbito do processo administrativo sancionador devem ser requeridas pela PGM e autorizadas pelo Poder Judiciário, por meio de medida judicial autônoma, quando presentes as denominadas cláusulas de reserva de jurisdição.

14.6. A decisão a respeito da aplicação de medidas cautelares administrativas próprias compete:

- a) em primeira instância, ao presidente da CJA, *ad referendum* do colegiado;
- b) em segunda instância, ao Chefe do Poder Executivo municipal, ou à autoridade por ele designada.

14.7. A PGM proporá as medidas judiciais cabíveis para pleitear a aplicação de medidas cautelares administrativas impróprias, quando houver representação do presidente da CJA ou pelo Chefe do Poder Executivo municipal, ou pela autoridade designada.

14.8. Em caso de risco iminente, a Administração poderá, motivadamente, adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.

14.9. Em não sendo a hipótese do subitem 14.8 e em se tratando de medida cautelar administrativa própria, o Órgão Central de Contratações Públicas procederá à intimação do licitante ou contratado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data da intimação.

14.10. Sem prejuízo de outras medidas cautelares administrativas próprias típicas e atípicas, a Administração poderá aplicar as seguintes:

- a) suspensão e retenção do pagamento;
- b) suspensão do direito de licitar e contratar;
- c) assunção imediata do objeto da contratação, no estado e local em que se encontrar;
- d) ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade.

14.11. A medida prevista na alínea “a” do subitem 14.10 aplica-se no âmbito do processo administrativo sancionador, não se confundindo com a suspensão ou a retenção do pagamento pela Secretaria Municipal da Fazenda Pública no âmbito dos procedimentos de liquidação de despesa e de pagamento.

14.12. Aplicada a medida prevista nas alíneas “c” ou “d” do subitem 14.10, a Administração poderá dar continuidade à execução do objeto da contratação, por execução direta ou indireta, quando cabível.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Eventual dúvida a respeito da interpretação das normas legais e regulamentares a respeito da LCM 14/22 e deste instrumento será sanada por meio de consulta formal à PGM e decidida, ao final, pelo Chefe do Poder Executivo municipal.

15.2. Para a solução de casos omissos e para a interpretação das regras e consequências da presente contratação serão observadas as disposições contidas na LCM 14/22, na Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e subsidiariamente na Lei nº 14.133, de 2021 e na Lei nº 9.784, de 1999, bem como nos demais

194

The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that every entry should be supported by a valid receipt or invoice to ensure transparency and accountability. This section also outlines the procedures for handling discrepancies and the role of the audit committee in monitoring the financial statements.

The second part of the document details the internal control system implemented by the organization. It describes the segregation of duties, the authorization process for transactions, and the regular reconciliation of accounts. The document highlights how these controls are designed to prevent errors and detect any irregularities in a timely manner.

The third part of the document provides a comprehensive overview of the organization's financial performance over the reporting period. It includes a detailed analysis of the income statement, balance sheet, and cash flow statement. The management discusses the key drivers of growth and the challenges faced during the period, along with the strategies adopted to address them.

The fourth part of the document focuses on the organization's risk management framework. It identifies the major risks faced by the organization, such as market volatility, credit risk, and operational risks. The document describes the risk assessment process and the mitigation strategies in place to minimize the impact of these risks on the organization's financial health.

The fifth part of the document discusses the organization's compliance with applicable laws and regulations. It details the measures taken to ensure that all financial reporting is done in accordance with the relevant accounting standards and regulatory requirements. The document also mentions the ongoing efforts to stay updated with the latest changes in the regulatory environment.

The sixth part of the document provides a forward-looking perspective on the organization's financial outlook. It discusses the management's expectations for the next reporting period, based on current market conditions and the organization's strategic initiatives. The document also mentions the key performance indicators that will be used to monitor the organization's progress.

The final part of the document is a concluding statement from the management, expressing their confidence in the organization's financial performance and their commitment to maintaining high standards of transparency and accountability. It also mentions the role of the shareholders and the board of directors in overseeing the organization's financial affairs.



Município de Capanema – PR

regulamentos e normas administrativas federais e municipais que fazem parte integrante deste documento, independentemente de suas transcrições.

15.3. O contrato regular-se-á pelas cláusulas aqui previstas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 150, da LCM 14/22.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA HABILITAÇÃO

16.1. O Contratado fica obriga a manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as seguintes condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO

17.1. O Contratado é objetivamente responsável, no âmbito civil, pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de suas condutas e omissões na execução da contratação.

17.2. No âmbito administrativo o Contratado é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução desta contratação.

17.3. O Contratado será responsabilizado pelo descumprimento das normas legais e infralegais na execução desta Contratação.

17.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto da contratação não exclui a responsabilidade do Contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da contratação, bem como de vícios aparentes ou ocultos do objeto adquirido/serviço prestado.

17.5. O Contratado responsabiliza-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço/fornecimento, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

17.6. O Contratado obriga-se a prestação de garantia legal, conforme previsto no CDC, além da garantia contratual, prevista no termo de referência, independentemente do prazo de vigência do presente instrumento.

17.7. Incumbe ao Contratado o ônus da prova da origem do vício/defeito do produto/serviço.

17.8. Se por qualquer motivo a Administração municipal vier a ser demandada em juízo por terceiros, em razão do fornecimento do produto/prestação do serviço ora contratado, o Município irá se utilizar do instituto da denunciação da lide, oportunidade em que o Contratado irá se responsabilizar exclusivamente por eventuais indenizações estabelecidas pelo Poder Judiciário, mesmo que em desfavor do Município, isentando este de qualquer responsabilidade.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS MEDIDAS DE ANTICORRUPÇÃO, DE COMPLIANCE E DO CONFLITO DE INTERESSES

18.1. Em atendimento a Lei nº 12.846/2013, o Contratado deve observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

18.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "**Prática Corrupta**": Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "**Prática Fraudulenta**": A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "**Prática Colusiva**": Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representante ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

Dear Mr. [Name],

I have received your letter of the 15th and am glad to hear from you.

The information you have provided is being reviewed and we will contact you again.

I am sure you will understand the need for thoroughness in this process.

Your patience is appreciated and we will do our best to expedite the matter.

I will be in touch with you again as soon as a final decision has been reached.

Thank you for your cooperation and understanding.

Sincerely,
[Name]

[Address]

[City, State, Zip]

Dear Mr. [Name],

I have received your letter of the 15th and am glad to hear from you.

The information you have provided is being reviewed and we will contact you again.

I am sure you will understand the need for thoroughness in this process.

Your patience is appreciated and we will do our best to expedite the matter.

I will be in touch with you again as soon as a final decision has been reached.

Thank you for your cooperation and understanding.

Sincerely,
[Name]

[Address]

[City, State, Zip]



Município de Capanema – PR

d) "**Prática Coercitiva**": Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) "**Prática Obstrutiva**":

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do Município ou terceiros, com objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas alíneas anteriores e na verificação da qualidade e quantidade dos objetos entregues/serviços prestados;

(ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o Município promover inspeção do objeto/serviço.

18.3. O servidor público que constatar alguma das condutas prevista acima possui o dever funcional de encaminhar os fatos para apuração pelo Fiscal da Contratação, para a Procuradoria-Geral do Município e para a Controladoria Geral do Município, que adotarão as providências necessárias.

18.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, de qualquer etapa decisória da fase interna da respectiva licitação, de qualquer etapa da fase externa na licitação ou da execução, controle e fiscalização da contratação o agente público municipal que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com pessoa física ou pessoa jurídica, inclusive de sócio ou administrador desta, que pretenda contratar ou que contrate com a Administração, ou que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

18.5. As vedações de que trata o subitem 18.4 estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

18.6. O agente público municipal e o terceiro indicados nos subitens 18.4 e 18.5 deverão declarar-se suspeitos no processo de contratação, a partir da sua ciência de um possível conflito de interesses.

18.7. Não poderão participar desta contratação, direta ou indiretamente:

a) o autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) a empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) a pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo do processo de contratação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção de impedimento ou de inidoneidade que lhe foi imposta por qualquer órgão público, de qualquer ente federado;

d) a pessoa física ou jurídica que teve a contratação rescindida unilateralmente pela Administração, no âmbito do processo de contratação subsequente para o mesmo objeto, independentemente do esgotamento dos recursos administrativos cabíveis, quando aplicada a medida cautelar administrativa prevista no inciso II do art. 247 da LCM 14/22;

e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente político ou dirigente do órgão interessado na contratação ou com agente público que desempenhe função no respectivo processo de contratação ou que atuará na execução, controle ou fiscalização da contratação, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) as empresas controladoras, controladas ou coligadas, concorrendo entre si;

g) a pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital de licitação ou do início do processo de contratação direta, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado,

1948

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...



Município de Capanema – PR

por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

18.8. Configura conflito de interesses após o exercício de cargo, função ou mandado no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo municipais:

a) a qualquer tempo, divulgar ou fazer uso de informação privilegiada obtida em razão das atividades exercidas; e

b) no período de 6 (seis) meses, contado da data da dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria:

(i) celebrar com órgãos ou entidades dos Poderes Executivo e Legislativo municipais contratos de serviço, consultoria, assessoramento ou atividades similares, vinculados, ainda que indiretamente, ao órgão ou entidade em que tenha ocupado o cargo ou emprego; ou

(ii) intervir, direta ou indiretamente, em favor de interesse privado perante órgão ou entidade em que haja ocupado cargo ou com o qual tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego.

18.9. Além de configurar conflito de interesses, estende-se aos casos indicados no subitem 18.8 a vedação de contratação prevista na alínea “e” do subitem 18.7, no que couber.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

19.1. A publicação resumida deste instrumento no Diário Oficial do Município será providenciada pelo Contratante e a íntegra do processo de contratação direta será divulgada no Portal de Transparência do Município, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura deste instrumento.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1. As questões decorrentes do presente instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, na Comarca de Capanema/PR.

E assim, foi lavrado o presente instrumento, que vai assinado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, o Senhor Américo Bellé, e pelo(a) Sr.(a) **WALDEMAR BERARDI JUNIOR**-, representante do Contratado.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, aos 10 dias do mês de Maio de 2024.

AMERICO
BELLE:24059
587915

Assinado digitalmente por AMERICO
BELLE:24059587915
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e CPF
A1, OLNAC VALID RFB V5, OLNAR SENHA
DIGITAL, OU=Presencial, OU=19520630000115,
CN=AMERICO BELLE:24059587915
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.05.10 09:13:52-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.0

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

WALDEMAR BERARDI JUNIOR
Representante Legal
SANTAGRO COMERCIO AGRÍCOLA LTDA
Fornecedor

Main body of faint, illegible text, likely the primary content of the document.

Second section of faint, illegible text, continuing the document's content.

Third section of faint, illegible text, possibly a concluding paragraph or a separate section.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 357 / 2024 - DCLC (11.01.01.44.21.02)

Nº do Protocolo: 23873.004664/2024-50

Santa Maria-RS, 30 de setembro de 2024.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 335/2024
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 90004/2024
(Processo Administrativo nº 23873.001587/2023-03)**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, com sede na rua Alameda Santiago do Chile, 195, Nossa Sra. das Dores, Santa Maria/RS, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 10.662.072/0001-58, neste ato representado pela Reitora Nidia Heringer, nomeada pelo Decreto Presidencial de 29 de janeiro de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 01 de fevereiro de 2021, portadora da matrícula funcional nº 2647110, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90004/2024, conforme processo administrativo acima mencionado, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no acima mencionado, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários, especificado(s) Termo de Referência, anexo ao edital acima mencionado, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, o fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

FORNECEDOR FORTMAQ MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA CNPJ 06.313.733/0001-62 ENDEREÇO: RUA PROJETADA C, S/N, PARQUE INDUSTRIAL, LOTE 04 QUADRA 513 CEP: 85770-000 MUNICÍPIO/UF: REALEZA/PR TELEFONE: (46) 3543-2815 E-MAIL: FORTMAQMAQUINAS@GMAIL.COM						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	CAMPUS
9	CLASSIFICADOR DE SEMENTE - - PARA AS SEGUINTE CULTURAS: SOJA, MILHO, TRIGO, FEIJÃO, ARROZ, AVEIA, SORGO, CANOLA, GIRASSOL, PIPOCA, GERGELIM, GRÃO DE BICO, ALFAFA, ENTRE OUTRAS. PRODUÇÃO EM SACAS P/ HORA (ESTIMADA COM BASE SOJA):	UNIDADE	1	R\$ 15.642,00	R\$ 15.642,00	JAGUARI

CLADIMIR
ANTONIO
FERRAZZO:3273
4360004

Assinado de forma dig
por CLADIMIR ANTONI
FERRAZZO:327343600
Dados: 2024.10.02
15:48:16 -03'00'

Main body of text on the left side of the page, consisting of several paragraphs of faint, illegible handwriting.

Main body of text on the right side of the page, consisting of several paragraphs of faint, illegible handwriting.

Small block of text in the bottom left corner, possibly a signature or a reference code.

	25 SACAS, 10 PENEIRAS. DIMENSÕES DAS PENEIRAS (CM): 50 X 100. ACOMPANHA MOTOR ELÉTRICO DE NO MÍNIMO 1 CV.					
29	PLATAFORMA BASCULANTE HIDRÁULICA COM ENGATE NOS 3 PONTOS DO TRATOR, LÂMINA TRASEIRA, DESCARGA ACIONADA POR COMANDO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA 1100 KG, COM COMPORTA TRASEIRA REMOVÍVEL, PINTURA À BASE DE POLIÉSTER, DIMENSÕES MÍNIMAS DE 2000X1000X400 MM, GARANTIA DE 12 MESES.	UNIDADE	1	R\$ 7.450,00	R\$ 7.450,00	JAGUARI
30	PULVERIZADOR AGRÍCOLA TRATORIZADO DE BARRAS - COM RESERVATÓRIO COM CAPACIDADE DE 800 LITROS EM POLIETILENO, COM SISTEMA HIDRÁULICO PARA "AGITAÇÃO DA CALDA. BARRAS DE PULVERIZAÇÃO COM COMPRIMENTO DE 14 (QUATORZE) METROS, COM SISTEMA DE ABERTURA HIDRÁULICO, ALTURA DE TRABALHO DE NO MÍNIMO 1,4M. COM INCORPORADOR DE DEFENSIVOS. BOMBA DE PULVERIZAÇÃO COM VAZÃO MÁXIMA IGUAL OU MAIOR QUE 75 L/MIN. BARRAS DE PULVERIZAÇÃO COM 4 SEÇÕES E CONTROLE DE FECHAMENTO DE SEÇÃO ELÉTRICO. EQUIPADO COM PORTA BICOS BIJET.	UNIDADE	1	R\$ 43.245,00	R\$ 43.245,00	JAGUARI
34	TRATOR AGRÍCOLA - COM CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS IGUAIS OU DE QUALIDADE SUPERIOR ÀS DESCRIÇÕES. TRAÇÃO 4X4. MOTOR DIESEL OU BIODIESEL B100 - ANP 07/2008, POTÊNCIA DO MOTOR @ 2000 RPM DE NO MÍNIMO 80 CV, 3 CILINDROS, ASPIRAÇÃO TURBO INTERCOOLER. EMBREAGEM TIPO DISCO DUPLO INDEPENDENTE, ACIONAMENTO MECÂNICO. TOMADA DE POTÊNCIA TIPO INDEPENDENTE COM ACIONAMENTO ELETRO-HIDRÁULICO E VELOCIDADE DE 540 RPM. TRANSMISSÃO 12FX12R, POSIÇÃO DAS ALAVANCAS LATERAL. SISTEMA HIDRÁULICO COM BOMBA DE ENGENHAGEM, PRESSÃO DE 180 KGF/CM*, CONTROLE INDEPENDENTE, VAZÃO DE BOMBA DE NO MÍNIMO 40 L/MIN, CAPACIDADE DE LEVANTE MÍNIMA DE 2.600 KGF, 3 VÁLVULAS DE CONTROLE REMOTO. FREIOS	UNIDADE	2	R\$ 306.985,00	R\$ 613.970,00	JAGUARI

CLADIMIR
ANTONIO
FERRAZZO:3
273436004

Assinado de forma
digital por CLADIMIR
ANTONIO
FERRAZZO:3273436
04
Dados: 2024.10.02
15:48:27 -03'00'

The Board of Directors has reviewed the financial statements of the Corporation for the year ended December 31, 1988, and has approved the same for release to the stockholders. The financial statements are prepared in accordance with the accounting principles generally accepted in the United States of America.

The financial statements of the Corporation for the year ended December 31, 1988, are as follows:

Income Statement

Balance Sheet

Statement of Cash Flows

Statement of Changes in Equity

The Board of Directors has also reviewed the financial statements of the Corporation for the year ended December 31, 1987, and has approved the same for release to the stockholders. The financial statements are prepared in accordance with the accounting principles generally accepted in the United States of America.

The financial statements of the Corporation for the year ended December 31, 1987, are as follows:

Income Statement

Balance Sheet

Statement of Cash Flows

Statement of Changes in Equity

The Board of Directors has also reviewed the financial statements of the Corporation for the year ended December 31, 1986, and has approved the same for release to the stockholders. The financial statements are prepared in accordance with the accounting principles generally accepted in the United States of America.

The financial statements of the Corporation for the year ended December 31, 1986, are as follows:

Income Statement

Balance Sheet

Statement of Cash Flows

Statement of Changes in Equity

The Board of Directors has also reviewed the financial statements of the Corporation for the year ended December 31, 1985, and has approved the same for release to the stockholders. The financial statements are prepared in accordance with the accounting principles generally accepted in the United States of America.

The financial statements of the Corporation for the year ended December 31, 1985, are as follows:

Income Statement

Balance Sheet

Statement of Cash Flows

Statement of Changes in Equity

	TIPO MULTIDISCO ÚMIDO COM ACIONAMENTO MECÂNICO, FREIO DE ESTACIONAMENTO TIPO ALAVANCA COM TRAVAMENTO DOS PEDAIS. SISTEMA DE DIREÇÃO TIPO HIDROSTÁTICA. TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 79 LITROS. MONTADO COM CABINE E AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA COM ACESSÓRIOS QUE ATENDAM ÀS LEGISLAÇÕES VIGENTES QUANTO À SEGURANÇA E OPERAÇÃO. SIMILAR AO TRATOR MF 4408.					
9	CLASSIFICADOR DE SEMENTE - - PARA AS SEGUINTE CULTURAS: SOJA, MILHO, TRIGO, FEIJÃO, ARROZ, AVEIA, SORGO, CANOLA, GIRASSOL, PIPOCA, GERGELIM, GRÃO DE BICO, ALFAFA, ENTRE OUTRAS. PRODUÇÃO EM SACAS P/ HORA (ESTIMADA COM BASE SOJA): 25 SACAS, 10 PENEIRAS. DIMENSÕES DAS PENEIRAS (CM): 50 X 100. ACOMPANHA MOTOR ELÉTRICO DE NO MÍNIMO 1 CV.	UNIDADE	1	R\$ 15.642,00	R\$ 15.642,00	SANTO ÂNGELO
22	MÁQUINA ENSACADORA E COMPACTADORA DE SILAGEM - COMO MOTOR MONOFÁSICO ELÉTRICO DE NO MÍNIMO 2HP, COM NO MÍNIMO 2 CAPACITORES, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO QUANDO CONCLUÍDO O ENCHIMENTO, COM SISTEMA DE REGULAGEM DO VOLUME ENSACADO E PESO, CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE 4000 KG/HORA, GARANTIA DE 12 MESES.		1	R\$ 7.845,00	R\$ 7.845,00	FREDERICO WESTPHALEN
29	PLATAFORMA BASCULANTE HIDRÁULICA COM ENGATE NOS 3 PONTOS DO TRATOR, LÂMINA TRASEIRA, DESCARGA ACIONADA POR COMANDO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA 1100 KG, COM COMPORTA TRASEIRA REMOVÍVEL, PINTURA À BASE DE POLIÉSTER, DIMENSÕES MÍNIMAS DE 2000X1000X400 MM, GARANTIA DE 12 MESES.	UNIDADE	1	R\$ 7.450,00	R\$ 7.450,00	FREDERICO WESTPHALEN
12	CONJUNTO DE PÁ CARREGADEIRA FRONTAL MODULADA AUTONIVELANTE PARA TRATOR AGRÍCOLA. CARACTERÍSTICAS DO TRATOR: TL75 NEW HOLLAND 4X2 (SEM TRACÇÃO DIANTEIRA AUXILIAR) EQUIPADO COM COMANDO HIDRÁULICO DUPLO (QUATRO CONECTORES DE ENGATE RÁPIDO) ORIGINAL DE FÁBRICA. DEVE SER COMPOSTO POR UM CONJUNTO	UNIDADE	1	R\$ 72.745,00	R\$ 72.745,00	SANTO AUGUSTO CLADIMIR ANTONIO FERRAZZO:32 734360004

Main body of faint, illegible text, possibly representing a list or a series of entries.

Faint text located in the bottom left corner of the page.

ADAPTADOR DE CHASSI SUPORTE INFERIOR DE MONTAGEM, FIXADO A ESTRUTURA DO TRATOR ENTRE O EIXO DIANTEIRO E TRASEIRO DISTRIBUINDO UNIFORMEMENTE O ESFORÇO NA ESTRUTURA DO TRATOR, COM BARRAS LATERAIS BALIZADORAS E PARA PROTEÇÃO DO CAPÔ DO TRATOR, CURVADO À FRENTE E LOCALIZADO AO LADO DO RADIADOR ATÉ UMA ALTURA APROXIMADA DE 2/3 DA ALTURA DO RADIADOR. ACOPLAMENTO DO SISTEMA DE LEVANTE E DO IMPLEMENTO COM PINOS DE SEGURANÇA. A ESTRUTURA DA PÁ CARREGADEIRA DEVERÁ SER ORIGINAL (QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR) PARA O TRATOR INDICADO OU SE FOR DE OUTRO FABRICANTE, ESTE DEVERÁ APRESENTAR UM CERTIFICADO DE COMPATIBILIDADE, EMITIDOS OU HOMOLOGADO PELO FABRICANTE DO TRATOR NEW HOLLAND, QUE NÃO IRÁ COMPROMETER A ESTRUTURA DO TRATOR. DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM A LEI NR12 E PADRÃO DE SEGURANÇA AO OPERADOR FOPS (FALLING OBJECTS PROTECTIVE STRUCTURE - ESTRUTURA COM PROTEÇÃO CONTRA QUEDA DE OBJETOS) COM SUPORTE DE ESTACIONAMENTO (PÉ DE APOIO) ANTI TOMBAMENTO PARA IMPLEMENTO DESACOPLADO; A ESTRUTURA PRINCIPAL (BRAÇOS) DE LEVANTE DEVERÁ SER LIVRE DE JUNÇÃO INTERMEDIÁRIA, MANGUEIRAS ORGANIZADAS JUNTO AOS BRAÇOS DA CARREGADEIRA. NENHUM OBSTÁCULO À VISÃO POR CIMA DO CAPÔ DO TRATOR. COM BARRA INDICADORA DE POSIÇÃO DO IMPLEMENTO FRONTAL. SISTEMA PANTOGRÁFICO MEC NICO DE BARRAS AUTO COMPENSADORAS, NA SUA ESTRUTURA, TOTALMENTE INTEGRADO AOS BRAÇOS DA CARREGADEIRA, QUE MANTÉM O ÂNGULO DA CONCHA SEM NECESSIDADE DE CORREÇÕES PARA ERGUER OU BAIXAR A CONCHA, POSSIBILITANDO AMPLA VISÃO AO OPERADOR; A LIGAÇÃO DAS MANGUEIRAS PODERÁ SER DIRETAMENTE AO

CLADIMIR
ANTONIO
FERRAZZO:32734
360004

Assinado de forma digit
por CLADIMIR ANTONIO
FERRAZZO:3273436000
Dados: 2024.10.02
15:55:32 -03'00'

Main body of faint, illegible text, likely bleed-through from the reverse side of the page.

Small block of text at the bottom left corner, possibly a footer or reference information.

ACOPLAMENTO DE ENGATE RÁPIDO ORIGINAL, COM INSTALAÇÃO DE ORGANIZADOR DE MANGUEIRAS JUNTO AO PARA LAMAS DO LADO DIREITO DO TRATOR. DO PONTO DE ENGATE RÁPIDO DO TRATOR ATÉ OS BRAÇOS DA CONCHA, AS QUATRO MANGUEIRAS DEVERÃO SER UNIDAS POR UM DUTO EM FORMA DE ESPIRAL (MOLAS DE PROTEÇÃO DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE RESISTENTE À ABRASÃO E RAIOS UV) ADAPTADOR FIXANDO NO EIXO DIANTEIRO - MEIO TRATOR E EIXO TRASEIRO COM CHAPAS E ESTRUTURAS SEM ADAPTAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS DO TRATOR E SEM COMPROMETER A SEGURANÇA DE OPERAÇÃO; CAPACIDADE DE LEVANTE (CARGA MÍNIMA) PARA TODO CURSO ACIMA DE 1400 E ATÉ 1500 KG PARA TODO CURSO, MEDIDA NO EIXO DE ROTAÇÃO DO IMPLEMENTO; PESO TOTAL DO IMPLEMENTO (ESTRUTURA) COM CONCHA ACOPLADA DE 700 KG A 750 KG; ALTURA DE LEVANTE ATÉ O PINO DE BASCULAMENTO DA CONCHA (PONTO DE PIVOTAMENTO) ACIMA DE 3,70 METROS; ALTURA DE LEVANTE ATÉ O NÍVEL INFERIOR DA CONCHA EM POSIÇÃO HORIZONTAL ENTRE 2,95 A 3,10 METROS; NGULO DE CARREGAMENTO ENTRE 45° A 50° E BASCULAMENTO DE DESCARGA MÍNIMO DE 52° NA ALTURA MÁXIMA DE DESCARREGAMENTO, PERMITINDO UM NGULO DE BASCULAMENTO INTERMEDIÁRIO ACIMA DE 68°, NECESSÁRIO PARA OPERAR EM SOLO COM TEOR DE ARGILA BASTANTE ELEVADO, COM INDICADOR DE POSIÇÃO DE IMPLEMENTO FRONTAL; LARGURA DA CONCHA 1,85 M A 2,20M (INCLUSA); CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DA CONCHA DE 0,5 M³ A 0,65 M³; PROFUNDIDADE DE ESCAVAÇÃO ACIMA DE 0,18 M. COMPATÍVEL PARA ACOPLAMENTO DE LAMINA FRONTAL ENTRE 2,10 M A 2,6M E KIT ELEVADOR DE PALLET DE 1,20 M ATÉ 1,40 M DE LARGURA, (NÃO INCLUSOS). SUBSTITUIÇÃO DE

CLADIMIR
ANTONIO
FERRAZZO:3273
4360004

Assinado de forma
digital por CLADIMIR
ANTONIO
FERRAZZO:32734360004
Dados: 2024.10.02
15:55:47 -03'00'

Main body of handwritten text on the left side of the page, consisting of several paragraphs.

Main body of handwritten text on the right side of the page, consisting of several paragraphs.

Handwritten notes or a signature block located at the bottom left of the page.

	ACESSÓRIOS (IMPLEMENTOS) COMO CONCHA, OU PALETEIRA (MOVIMENTADOR DE PALETE) ATRAVÉS DE UM SISTEMA DE TROCA COM PINOS DE SEGURANÇA. PINOS PIVOTANTES ANTICORROSÃO COM GRAXEIRAS SELADAS DE ACESSO PELA LATERAL, COM BUCHAS RESISTENTES DE BAIXA MANUTENÇÃO; SISTEMA DE TROCA DE ACESSÓRIOS ATRAVÉS DE PINOS COM CHAVETAS COM TRAVAMENTO FÁCIL. COR DE ACABAMENTO FINAL DE ACORDO COM A COR DO TRATOR. COM ENTREGA E MONTAGEM COMPLETA NA ESTRUTURA DO TRATOR, NO CAMPUS SANTA ROSA DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA.					
8	CARRETA AGRÍCOLA TRACIONADA PARA MICROTRATOR - CAÇAMBA BASCULANTE. CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 1500KG. EIXO COM TRACÇÃO E DOIS PNEUS FORA DE ESTRADA R-1W. COMPATÍVEL E COM CONJUNTO PARA ACOPLAMENTO EM MICROTRATOR AGRÍCOLA LAN SU 15HP, MODELO ZS1100.	UNIDADE	1	R\$ 15.674,00	R\$ 15.674,00	ALEGRETE
29	PLATAFORMA BASCULANTE HIDRÁULICA COM ENGATE NOS 3 PONTOS DO TRATOR, LÂMINA TRASEIRA, DESCARGA ACIONADA POR COMANDO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA 1100 KG, COM COMPORTA TRASEIRA REMOVÍVEL, PINTURA À BASE DE POLIÉSTER, DIMENSÕES MÍNIMAS DE 2000X1000X400 MM, GARANTIA DE 12 MESES.	UNIDADE	1	R\$ 7.450,00	R\$ 7.450,00	ALEGRETE
30	PULVERIZADOR AGRÍCOLA TRATORIZADO DE BARRAS - COM RESERVATÓRIO COM CAPACIDADE DE 800 LITROS EM POLIETILENO, COM SISTEMA HIDRÁULICO PARA "AGITAÇÃO DA CALDA. BARRAS DE PULVERIZAÇÃO COM COMPRIMENTO DE 14 (QUATORZE) METROS, COM SISTEMA DE ABERTURA HIDRÁULICO, ALTURA DE TRABALHO DE NO MÍNIMO 1,4M. COM INCORPORADOR DE DEFENSIVOS. BOMBA DE PULVERIZAÇÃO COM VAZÃO MÁXIMA IGUAL OU MAIOR QUE 75 L/MIN. BARRAS DE PULVERIZAÇÃO COM 4 SEÇÕES E CONTROLE DE FECHAMENTO DE SEÇÃO ELÉTRICO. EQUIPADO COM PORTA BICOS BIJET.	UNIDADE	1	R\$ 43.245,00	R\$ 43.245,00	ALEGRETE

CLADIMIR
ANTONIO
FERRAZZO:3273
4360004

Assinado de forma digit.
por CLADIMIR ANTONIO
FERRAZZO:32734360004
Dados: 2024.10.02
15:55:58 -03'00'

Section 101

The Department of Health and Human Services is committed to providing the highest quality of care to our patients. We have a long history of excellence in patient care, and we are proud to continue this tradition. Our commitment to quality is reflected in our accreditation by the Joint Commission on Accreditation of Healthcare Organizations (JCAHO). We have achieved this accreditation for the 15th year, a testament to our dedication to patient safety and quality of care.

Our patients are the heart of our organization, and we strive to meet their needs in a compassionate and professional manner. We have implemented a number of initiatives to improve the patient experience, including the creation of patient advisory committees and the implementation of patient-centered care models. We are also committed to providing comprehensive care to our patients, including medical, nursing, and behavioral health services.

In addition to our commitment to patient care, we are also committed to the well-being of our employees. We have a number of programs in place to support our employees, including employee assistance programs, flexible work arrangements, and professional development opportunities. We believe that a healthy and happy workforce is essential to providing the highest quality of care to our patients.

As we look to the future, we are excited about the opportunities ahead. We are committed to continuing to improve the quality of care we provide to our patients and to providing a supportive and professional environment for our employees. We are confident that our dedication to quality and our commitment to our patients and employees will continue to drive our success.

Section 102

Section 103

Section 104

34	<p>TRATOR AGRÍCOLA - COM CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS IGUAIS OU DE QUALIDADE SUPERIOR ÀS DESCRIÇÕES. TRAÇÃO 4X4. MOTOR DIESEL OU BIODIESEL B100 - ANP 07/2008, POTÊNCIA DO MOTOR @ 2000 RPM DE NO MÍNIMO 80 CV, 3 CILINDROS, ASPIRAÇÃO TURBO INTERCOOLER. EMBREAGEM TIPO DISCO DUPLO INDEPENDENTE, ACIONAMENTO MECÂNICO. TOMADA DE POTÊNCIA TIPO INDEPENDENTE COM ACIONAMENTO ELETRO-HIDRÁULICO E VELOCIDADE DE 540 RPM. TRANSMISSÃO 12FX12R, POSIÇÃO DAS ALAVANCAS LATERAL. SISTEMA HIDRÁULICO COM BOMBA DE ENGRENAGEM, PRESSÃO DE 180 KGF/CM*, CONTROLE INDEPENDENTE, VAZÃO DE BOMBA DE NO MÍNIMO 40 L/MIN, CAPACIDADE DE LEVANTE MÍNIMA DE 2.600 KGF, 3 VÁLVULAS DE CONTROLE REMOTO. FREIOS TIPO MULTIDISCO ÚMIDO COM ACIONAMENTO MECÂNICO, FREIO DE ESTACIONAMENTO TIPO ALAVANCA COM TRAVAMENTO DOS PEDAIS. SISTEMA DE DIREÇÃO TIPO HIDROSTÁTICA. TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 79 LITROS. MONTADO COM CABINE E AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA COM ACESSÓRIOS QUE ATENDAM ÀS LEGISLAÇÕES VIGENTES QUANTO À SEGURANÇA E OPERAÇÃO. SIMILAR AO TRATOR MF 4408.</p>	UNIDADE	1	R\$ 306.985,00	R\$ 306.985,00	ALEGRETE
22	<p>MÁQUINA ENSACADORA E COMPACTADORA DE SILAGEM - COMO MOTOR MONOFÁSICO ELÉTRICO DE NO MÍNIMO 2HP, COM NO MÍNIMO 2 CAPACITORES, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO QUANDO CONCLUÍDO O ENCHIMENTO, COM SISTEMA DE REGULAGEM DO VOLUME ENSACADO E PESO, CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE 4000 KG/HORA, GARANTIA DE 12 MESES.</p>		2	R\$ 7.845,00	R\$ 15.690,00	SÃO VICENTE DO SUL
29	<p>PLATAFORMA BASCULANTE HIDRÁULICA COM ENGATE NOS 3 PONTOS DO TRATOR, LÂMINA TRASEIRA, DESCARGA ACIONADA POR COMANDO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA 1100 KG, COM COMPORTA TRASEIRA REMOVÍVEL, PINTURA À BASE DE POLIÉSTER, DIMENSÕES</p>	UNIDADE	2	R\$ 7.450,00	R\$ 14.900,00	SÃO VICENTE DO SUL

CLADIMIR
ANTONIO
FERRAZZO:327343
60004

Assinado de forma digital
por CLADIMIR ANTONIO
FERRAZZO:32734360004
Data: 2024.10.02
15:56:07 -03'00'

The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records. It states that proper record-keeping is essential for ensuring the integrity and reliability of the data. This section also covers the various methods used to collect and analyze the information, highlighting the challenges faced during the process.

In the second section, the authors describe the experimental setup and the procedures followed. They detail the selection of participants, the tasks assigned, and the measures taken to control for confounding variables. This part is crucial for understanding the context and conditions under which the data was gathered.

The third section presents the results of the study. The authors analyze the data collected and discuss the findings in detail. They compare the results against the hypotheses and previous research, providing a clear interpretation of the outcomes. This section is supported by statistical analysis and graphical representations where applicable.

Finally, the document concludes with a discussion of the implications of the findings. The authors reflect on the broader significance of the study and offer suggestions for future research. They also address any limitations of the current study and provide a final summary of the key points.



Appendix A
 Appendix B
 Appendix C
 Appendix D

	MINIMAS DE 2000X1000X400 MM, GARANTIA DE 12 MESES.					
22	MÁQUINA ENSACADORA E COMPACTADORA DE SILAGEM - COMO MOTOR MONOFÁSICO ELÉTRICO DE NO MÍNIMO 2HP, COM NO MÍNIMO 2 CAPACITORES, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO QUANDO CONCLUÍDO O ENCHIMENTO, COM SISTEMA DE REGULAGEM DO VOLUME ENSACADO E PESO, CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE 4000 KG/HORA, GARANTIA DE 12 MESES.		1	R\$ 7.845,00	R\$ 7.845,00	JÚLIO DE CATILHOS
29	PLATAFORMA BASCULANTE HIDRÁULICA COM ENGATE NOS 3 PONTOS DO TRATOR, LÂMINA TRASEIRA, DESCARGA ACIONADA POR COMANDO HIDRÁULICO, CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA 1100 KG, COM COMPORTA TRASEIRA REMOVÍVEL, PINTURA À BASE DE POLIÉSTER, DIMENSÕES MÍNIMAS DE 2000X1000X400 MM, GARANTIA DE 12 MESES.	UNIDADE	1	R\$ 7.450,00	R\$ 7.450,00	PANAMBI
34	TRATOR AGRÍCOLA - COM CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS IGUAIS OU DE QUALIDADE SUPERIOR ÀS DESCRIÇÕES. TRAÇÃO 4X4. MOTOR DIESEL OU BIODIESEL B100 - ANP 07/2008, POTÊNCIA DO MOTOR @ 2000 RPM DE NO MÍNIMO 80 CV, 3 CILINDROS, ASPIRAÇÃO TURBO INTERCOOLER. EMBREAGEM TIPO DISCO DUPLO INDEPENDENTE, ACIONAMENTO MECÂNICO. TOMADA DE POTÊNCIA TIPO INDEPENDENTE COM ACIONAMENTO ELETRO-HIDRÁULICO E VELOCIDADE DE 540 RPM. TRANSMISSÃO 12FX12R, POSIÇÃO DAS ALAVANCAS LATERAL. SISTEMA HIDRÁULICO COM BOMBA DE ENGENHAGEM, PRESSÃO DE 180 KGF/CM*, CONTROLE INDEPENDENTE, VAZÃO DE BOMBA DE NO MÍNIMO 40 L/MIN, CAPACIDADE DE LEVANTE MÍNIMA DE 2.600 KGF, 3 VÁLVULAS DE CONTROLE REMOTO. FREIOS TIPO MULTIDISCO ÚMIDO COM ACIONAMENTO MECÂNICO, FREIO DE ESTACIONAMENTO TIPO ALAVANCA COM TRAVAMENTO DOS PEDAIS. SISTEMA DE DIREÇÃO TIPO HIDROSTÁTICA. TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 79 LITROS. MONTADO COM CABINE E AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA COM ACESSÓRIOS QUE ATENDAM	UNIDADE	1	R\$ 306.985,00	R\$ 306.985,00	PANAMBI

CLADIMIR
ANTONIO
FERRAZZO:3
2734360004

Assinado de forma
digital por CLADIMIR
ANTONIO
FERRAZZO:327343600
4
Dados: 2024.10.02
15:56:16 -03'00'

Dear Mr. [Name],

I am writing to you regarding the [Topic] that we discussed in our meeting on [Date].

The information provided to me indicates that [Details].

It is important to note that [Details].

We are currently reviewing the [Details].

I will contact you again once a final decision has been reached.

Thank you for your patience and understanding.

Sincerely,
[Signature]

cc: [Name]

ÀS LEGISLAÇÕES VIGENTES QUANTO À SEGURANÇA E OPERAÇÃO. SIMILAR AO TRATOR MF 4408.					
---	--	--	--	--	--

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços, caso existente, consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Instituto Federal Farroupilha - Reitoria (UASG: 158127).

3.2. Eventuais Órgãos participantes estão evidenciados na tabela do item 2.1 desta ata.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma de art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLADIMIR
ANTONIO
FERRAZZO:32734
360004

Assinado de forma digit.
por CLADIMIR ANTONIO
FERRAZZO:3273436004
Dados: 2024.10.02
15:56:30 -03'00'

The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that every entry should be supported by a valid receipt or invoice. This ensures transparency and allows for easy verification of the data.

Secondly, the document highlights the need for regular audits. By conducting periodic reviews, any discrepancies or errors can be identified and corrected promptly. This proactive approach helps in maintaining the integrity of the financial data.

Furthermore, it is advised to use standardized accounting practices. This includes following established guidelines for recording and reporting financial information. Consistency in these practices is crucial for meaningful analysis and comparison over time.

The document also touches upon the role of technology in modern accounting. It suggests that utilizing accounting software can significantly reduce the risk of human error and streamline the data entry process. However, it also notes that proper training and security measures are essential when adopting such technologies.

In conclusion, the document provides a comprehensive overview of best practices for financial record-keeping. It stresses the importance of accuracy, regular audits, standardized practices, and the effective use of technology to ensure the reliability and security of financial data.

Prepared by: [Name]
 Date: [Date]

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

1. The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. This is essential for ensuring the integrity of the financial statements and for providing a clear audit trail. The records should be kept in a secure and accessible location, and should be updated regularly.

2. The second part of the document outlines the various methods used to collect and analyze data. This includes the use of surveys, interviews, and focus groups. Each method has its own strengths and weaknesses, and it is important to choose the most appropriate one for the research objectives.

3. The third part of the document describes the process of data analysis. This involves identifying patterns and trends in the data, and using statistical techniques to test hypotheses. It is important to be transparent about the methods used, and to report the results honestly.

4. The final part of the document discusses the importance of communication in research. This involves sharing the results of the research with a wide range of stakeholders, and using clear and concise language to describe the findings.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitem, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that every entry should be supported by a valid receipt or invoice. This ensures transparency and allows for easy verification of the data.

Secondly, the document highlights the need for regular audits. By conducting periodic reviews, any discrepancies or errors can be identified and corrected promptly. This proactive approach helps in maintaining the integrity of the financial data.

Furthermore, it is advised to use standardized accounting practices. This includes following established guidelines for recording and reporting financial information. Consistency in these practices is crucial for the reliability of the data.

The document also mentions the importance of keeping records for a sufficient period. This is necessary for legal and tax purposes. It is recommended to retain records for at least seven years to ensure compliance with relevant regulations.

In conclusion, the document stresses that diligent record-keeping is essential for the success of any business. It provides a clear framework for how to manage financial records effectively and responsibly.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CLADIMIR
ANTONIO

FERRAZZO:32

Assinado de forma digital
por CLADIMIR ANTONIO
FERRAZZO:3273436004
Dados: 2024.10.02
15:57:06 -03'00'

The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that every entry should be supported by a valid receipt or invoice. This ensures transparency and allows for easy auditing of the accounts.

Secondly, it is noted that regular reconciliation of bank statements with the company's ledger is essential. This process helps to identify any discrepancies early on and correct them before they become significant. It also provides a clear picture of the company's current financial position.

Furthermore, the document highlights the need for proper classification of expenses. Each cost should be categorized correctly according to the accounting system in use. This is crucial for generating accurate financial statements and for analyzing the company's performance over time.

In addition, it is advised to keep all financial documents in a secure and organized manner. This includes receipts, invoices, and bank statements. Proper record-keeping not only protects the company's assets but also facilitates the preparation of tax returns and other regulatory filings.

Finally, the document stresses the importance of staying up-to-date with changes in accounting standards and tax laws. The financial manager should ensure that the company's accounting practices remain compliant with the latest regulations to avoid any penalties or legal issues.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

CLADIMIR
ANTONIO

FERRAZZO:32

Assinado de forma digital
por CLADIMIR ANTONIO
FERRAZZO:32734360004
Dados: 2024.10.02
15:57:18 -03'00'

The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that every entry should be supported by a valid receipt or invoice. This ensures transparency and allows for easy verification of the data.

Furthermore, it is noted that the records should be kept in a secure and accessible format. Regular backups are recommended to prevent data loss in the event of a system failure or disaster. The document also mentions that the records should be reviewed periodically to identify any discrepancies or trends.

In addition, the document highlights the need for clear communication between all parties involved. Any changes to the process or data should be documented and communicated promptly to all relevant stakeholders. This helps to avoid confusion and ensures that everyone is working with the most up-to-date information.

Overall, the document stresses the importance of a systematic and organized approach to record-keeping. By following these guidelines, the organization can ensure that its data is accurate, reliable, and easy to manage.

The second part of the document provides a detailed overview of the data collection process. It describes the various sources of data and the methods used to collect and analyze it. This includes information on the data management system and the tools used for data processing.

The document also discusses the challenges associated with data collection and analysis. It notes that data can be incomplete, inconsistent, or difficult to interpret. To address these challenges, the document suggests several strategies, such as data validation, data cleaning, and data normalization. These steps help to ensure that the data is of high quality and can be used effectively for analysis.

Furthermore, the document emphasizes the importance of data security. It outlines the measures taken to protect the data from unauthorized access, loss, or theft. This includes the use of encryption, access controls, and regular security audits. The document also mentions that the data should be stored in a secure and compliant manner, following all applicable laws and regulations.

In conclusion, the document provides a comprehensive guide to data collection and analysis. It covers all aspects of the process, from data collection to data storage and security. By following the guidelines provided, the organization can ensure that its data is accurate, reliable, and secure.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada de forma eletrônica, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e publicada no site institucional.

Signatários:

CLADIMIR ANTONIO
FERRAZZO:32734360
004

Assinado de forma digital por
CLADIMIR ANTONIO
FERRAZZO:32734360004
Dados: 2024.10.02 15:57:28 -03'00'

REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE VENCEDOR

(Assinado digitalmente em 01/10/2024 11:42)

NIDIA HERINGER
REITOR(A)

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sig.iffarroupilha.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número:
357, ano: **2024**, tipo: **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, data de emissão: **30/09/2024** e o
código de verificação: **79b881dca4**

The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records. It highlights the need for consistency and the potential consequences of errors. The text emphasizes that proper record-keeping is essential for the integrity of the data and the reliability of the results.

Furthermore, it is noted that the data collected should be analyzed carefully to identify any trends or anomalies. This process involves a thorough review of the records and the application of statistical methods to ensure the validity of the findings.

Year	Q1	Q2	Q3	Q4
2018	120	150	180	200
2019	130	160	190	210
2020	140	170	200	220
2021	150	180	210	230
2022	160	190	220	240

The data presented in the table above shows a clear upward trend over the five-year period. This indicates that the variables being tracked are generally increasing, which may be due to various factors such as population growth or technological advancement. The consistent growth across all quarters suggests a stable and predictable pattern.



CONTRATO DE FORNECIMENTO nº 168/2024

168/2024

Pregão Eletrônico nº 04/2024
Processo Administrativo nº 019/2024

O MUNICÍPIO DE MISSAL, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.101.847/0001/50, com sede à Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 555, Centro, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Adilto Luis Ferrari, brasileiro, casado, residente no Distrito de Portão do Ocoí, Município de Missal, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.***.***-5, expedida pela SSP/PR, e do CPF/MF sob nº 017.***.***-50 e FRANCIS RICARDO ATUATI LTDA estabelecida à Rua Jose Schmidt, nº1585 sala C, no município de São Martinho/RS, inscrita no CNPJ sob nº 32.673.663/0001-63 doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Francis Ricardo Atuati CPF 006.063.890-75 e Rg nº 705859233 nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Municipal nº 1.742/2023, do Decreto Municipal nº 5.967/2023 e das demais normas aplicáveis, conforme o edital e todos os anexos, nos termos das propostas apresentadas, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo nº 019/2024, referente ao Pregão Eletrônico nº 04/2024, homologado pelo Município em 26/03/2024, mediante as cláusulas a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. Este Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS NOVOS, CONFORME CONVÊNIO MAPA Nº 941926/2023 - TRANSFEREGOV.BR Nº 032871/2023, conforme especificações e exigências contidas no Edital.

1.2. Descritivo do objeto:

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unid	Quant.	Preço	Preço total
2	1	DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO ÓXIDO NOVO, LARGURA DE APLICAÇÃO: 4 METROS, CAPACIDADE DE CARGA: 4 TONELADAS, PESO MÍNIMO: 750 KG, PNEUS: 400/60 COM CONTENÇÃO DE NIVELAMENTO, SISTEMA ANTI DERIVA, PÉ DE DESCANSO COM CABEÇALHO MÓVEL, SISTEMA DE REGULAGEM DE PRECISÃO COM FÁCIL ACESSO; TIPO COCHO, COM DISTRIBUIÇÃO POR ALÍVIO - SISTEMA LENÇOL, POR GRAVIDADE	MEPEL DICATER 4.0	UND	1,00	48.400,00	48.400,00

1.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.4. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência;
- O Edital da Licitação;
- A Proposta do contratado;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Francis Ricardo Atuati
Adilto Luis Ferrari

FRANCIS RICARDO ATUATI
LTDA:32673663000163
Data: 2024-04-01 11:04:33

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...



CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do mesmo, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA - FORMA DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. A entrega deverá ser realizada no **PACO MUNICIPAL** sito à **Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 555, Centro, Missal/PR**, no horário das 07h 30min às 11h 30min e das 13h 30min às 17h 30min, de acordo com a nota de empenho, emitida pela Administração.
- 3.2. A entrega deverá ser realizada no **prazo de até 60 (sessenta) dias**, contados a partir do recebimento da nota de empenho.
- 3.3. Os objetos serão recebidos provisoriamente no prazo de até 7 (sete) dias, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, proposta e exigências contratuais.
- 3.4. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e/ou Contrato, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 3.5. Os objetos serão recebidos definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 3.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 3.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.
- 3.8. O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma do artigo 117 e incisos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.9. A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência, Edital, proposta e anexos.
- 3.10. O fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme § 1º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.11. A conformidade do material a ser entregue deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 3.12. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, com poderes para solucionar demandas oriundas da execução do Contrato, nos termos do art. 118 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.13. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.14. Fica designada o servidor **Sr. Lucas Wagner Rodrigues, CPF nº ***.871.***-70**, para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do Contrato, nos termos disciplinados nos art. 7 e 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.15. Fica designado, como fiscal suplente o servidor **Sr. Gentil Arcadio Rosa, CPF nº ***.941.***-09**, para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do Contrato, nos termos disciplinados nos art. 7 e 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.16. Fica designado o Secretário Municipal de Meio Ambiente, **Sr. Altair Luiz Fetzner, CPF nº ***.276.***-00**, como Gestor do Contrato.
- 3.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência des-

Gentil A. Rosa

Elisa

FRANCIS RICA/RDO - Arquivado de forma digital por
AVUATI
LTDA:32C736630001
63

The first part of the report deals with the general situation in the country. It is noted that the economy is still in a state of depression and that the government is struggling to meet its obligations. The report also mentions the need for international assistance and the importance of maintaining law and order.

In the second part of the report, the author discusses the political situation. It is pointed out that the government is facing a crisis of confidence and that there is a need for a new government. The report also mentions the role of the military and the importance of a strong central authority.

The third part of the report deals with the social and economic conditions. It is noted that the population is suffering from poverty and that there is a need for social reforms. The report also mentions the importance of education and the need for a strong legal system.



ta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1. O pagamento, decorrente da entrega do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega do bem e a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo servidor responsável.

~~5.2. Quando a parcela envolver recursos de Convênio, o pagamento só será efetuado após liberação dos recursos pela conveniada.~~

5.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX/100)/365$

TX = percentual da taxa

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do CONTRATANTE:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

Francis Ricardo Atuari
Francis Ricardo Atuari
Elisio

FRANCIS RICARDO
ATUARI
LTDA:32673663000
163

Assinado de forma digital por
FRANCIS RICARDO ATUARI
LTDA:32673663000163
Data: 2024.04.21 11:09:15
4707

The following information was obtained from a review of the files of the [redacted] and is being furnished to you for your information. It is to be used only for the purpose for which it was obtained and is not to be disseminated outside of your office.

[redacted] was born on [redacted] at [redacted] and is currently residing at [redacted]. He is a [redacted] and has been employed by [redacted] since [redacted].

[redacted] has been identified as a [redacted] and is currently [redacted]. He is a [redacted] and has been employed by [redacted] since [redacted].

This information is being furnished to you for your information and is not to be disseminated outside of your office.



- 7.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 7.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 7.1.8. Cientificar o departamento jurídico competente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 7.1.10. A Administração terá o prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- 7.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 7.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 8.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.2. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.1.6. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- a) Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
 - f) Envio da Nota fiscal no Email de compras@missal.pr.gov.br
- 8.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do Contrato;
- 8.1.8. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 8.1.9. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 8.1.10. Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 8.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

Jucas Gintul A. Rosa
Elisa

FRANCIS RICARDO ATUATI

Assinado de forma digital por FRANCIS RICARDO ATUATI
LTD.A.32673653000163
Data: 2024.04.01 11:05:38 -03'00'

Dear Mr. [Name],

I have received your letter of the 15th and am pleased to hear that you are well.

I am sorry that I cannot be of more help to you at present.

I will be glad to see you when you are next in the city.

Very truly yours,

[Signature]



8.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

8.1.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA NONA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- Der causa à inexecução parcial do Contrato;
- Der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- Der causa à inexecução total do Contrato;
- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- Praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Multa**: 1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias; 2) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- A natureza e a gravidade da infração cometida;
- As peculiaridades do caso concreto;
- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Juan Gentil A. Rosa

Elisa

AS

1. The first part of the document discusses the general situation of the country and the role of the government in the development of the economy.

2. The second part of the document discusses the role of the government in the development of the economy and the role of the government in the development of the economy.

3. The third part of the document discusses the role of the government in the development of the economy and the role of the government in the development of the economy.

4. The fourth part of the document discusses the role of the government in the development of the economy and the role of the government in the development of the economy.

5. The fifth part of the document discusses the role of the government in the development of the economy and the role of the government in the development of the economy.

6. The sixth part of the document discusses the role of the government in the development of the economy and the role of the government in the development of the economy.

7. The seventh part of the document discusses the role of the government in the development of the economy and the role of the government in the development of the economy.

8. The eighth part of the document discusses the role of the government in the development of the economy and the role of the government in the development of the economy.



10.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.10. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

11.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

11.6. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente ata correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias no Exercício:

06 SECRETARIA DE AGRICULTURA 20.606.0010.1023 REEQUIPAR A SECRETARIA E O FUMDAMAM 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 00990 E 00505 – Royalties Tratado de Itaipu Binacional 01002 E 01026 – CONVÊNIO MAPA 941926/2023 – EMENDA IND. – EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS
--

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e normas e princípios gerais dos Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO

15.1. A publicidade dos atos oficiais da Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, tais como avisos de licitação, extrato de Contrato, termos aditivos, contratações diretas, se dará mediante publicação no Diário Oficial do Município de Missal/Pr.

Francis Ricardo Atuari
Eliso

[Faint, illegible text, possibly bleed-through from the reverse side of the page]





CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Medianeira/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato.

Missal/Pr, 01 de abril de 2024.

MUNICÍPIO DE MISSAL – CONTRATANTE

Adilto Luis Ferrari – Prefeito Municipal

FRANCIS RICARDO ATUATI
LTDA:32673663000163

Assinado de forma digital por

FRANCIS RICARDO ATUATI

LTDA:32673663000163

Dados: 2024.04.01 11:06:48 -03'00'

FRANCIS RICARDO ATUATI LTDA - CONTRATADO

Francis Ricardo Atuati - Representante legal

Testemunhas: *Elisa Horn*

Elisa Horn

CPF/MF: ***.871.***-70

Altair Luiz Netzer

Altair Luiz Netzer
CPF/MF: ***.276.***-00

Fiscal:

Lucas Wagner Vargas Rodrigues
Lucas Wagner Vargas Rodrigues
CPF/MF: ***.871.***-70

Fiscal suplente

Gentil A. Rosa
Gentil Arcadio Rosa
CPF/MF: ***.941.***-00

Faint text at the top right of the page, possibly a header or title.

Section of faint text in the upper middle part of the page.

Section of faint text in the upper right quadrant.

Section of faint text in the middle left area.

Section of faint text in the middle right area.

Section of faint text in the lower middle left area.

Section of faint text in the lower middle right area.

Section of faint text in the lower left area.

Section of faint text in the lower right area.

Section of faint text in the lower middle part of the page.

VALIDAR

Serviço de validação de assinaturas eletrônicas

Simple > Completo

⚠ Atenção: O conteúdo do documento é de inteira responsabilidade do(s) signatário(s).

Informações gerais do arquivo:

Nome do arquivo: 108-FRANCIS RICARDO ATUATI (1).pdf
Hash: c1bf1fac2ea70025ae4acce26abc36f8dbbb0fbc71223d0449bde90da8aef955
Data da validação: 01/04/2024 13:33:43 BRT

Informações da Assinatura:

Assinado por: FRANCIS RICARDO ATUATI LTDA
CNPJ: 32.673.663/0001-63
CPF do representante: ***.063.890-**
Nº de série de certificado emitente: 738162764429867908032897
Data da assinatura: 01/04/2024 11:04:33 BRT



Assinatura aprovada.

⚠ Esta assinatura se repete mais 6 vezes. É necessária apenas uma assinatura para validar todo o documento.

[Ver Relatório de Conformidade](#)

AVALIE O SERVIÇO QUE VOCÊ UTILIZOU

Sua opinião é importante para o aprimoramento de nossos serviços.



[Avaliar](#)

ACESSO RÁPIDO

[Validar](#)

[Sobre](#)

[Dúvidas](#)

[Informações](#)

[Fale Conosco](#)

ASSUNTOS

[Auditoria ICP-Brasil](#)

[Cadastro de Agente de Registro - CAR](#)



MUNICÍPIO DE MARQUINHO/PR
 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2024
 PROCESSO LICITATÓRIO 20
 Vencedor(es) do(s) Item(s)



Fornecedor: SCR MAQUINAS E TERRAPLENAGEM LTDA - 46.553.316/0001-01

Item	Quant.	Un	Descrição	Marca	Modelo	Valor Lance	Total Lance	Valor Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R\$
1	2,00	UN	COLHEDORA DE FORRAGEM DE ÁREA TOTAL COM CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DE: 1M DE LARGURA DE TRABALHO, COLHEITA DE PLANTIOS A LANÇO E EM LINHAS, INDEPENDENTE DE DIREÇÃO, TRATORIZADO, EQUIPADO COM DOIS TAMBORES RECOLHEDORES COM DISCOS COM FACAS DE ALTA VELOCIDADE EM CADA TAMBOR, TRANSMISSÃO POR COROA E PINHÃO COM CAIXA BLINDADA, COM 4 ROLOS INTERNOS SENDO 02 ROLOS RECOLHEDORES, 01 LISO E 01 MÓVEL, ROTOR REGULÁVEL COM 12 FACAS EM PERFIL C, PROCESSADOR DE GRÃOS REMOVÍVEL, 06 LANÇADORES, PLATAFORMA ARTICULÁVEL, ENGENHAGENS COM REGULAGEM DE TAMANHO DE CORTE, 24 TAMANHOS DE PICADO (2 A 36MM), CONTRAFACA DO ROTOR FIXA, 02 LIMPADORES POR ROTOR BICA DE SAÍDA DOBRÁVEL, PÉ DE APOIO, CARDAN DE ACIONAMENTO, TAMBORES RECOLHEDORES, TOMBADOR, PISTÃO DE GIRO DA BICA, QUEBRA-JATO, CARDAN DE ACIONAMENTO DO ROTOR E ROLOS, ALAVANCA DE COMANDO MANUAL DO QUEBRA JATO, TRANSMISSÃO POR CAIXA E CARDAN OU CORREIA 5V, COMANDO HIDRÁULICO DA BICA OU HIDRÁULICO TOTAL, ROTAÇÃO REQUERIDA NA TDP DE 540 RPM, POTÊNCIA REQUERIDA NA TDP DE 65 A 95 CV.	JF	C120 1000 AT	R\$ 72.000,00	R\$ 144.000,00	R\$ 75.188,00	R\$ 150.376,00	4,24 %	R\$ 3.188,00
Total R\$ 144.000,00								Total Orçado R\$ 150.376,00	4,24%	R\$ 6.376,00	

Fornecedor: SIMEX - MAQUINAS AGRICOLAS LTDA - 00.827.383/0001-76

Item	Quant.	Un	Descrição	Marca	Modelo	Valor Lance	Total Lance	Valor Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R\$
2	2,00	UN	TRATOR AGRÍCOLA DE RODAS, COM MOTOR DE 80CV, TRAÇÃO 4X4, 2400 RPM, COM CABINE E AR-CONDICIONADO, CÂMBIO COM NO MÍNIMO ALAVANCAS LATERAIS DE 12 MARCHAS A FRENTE E 4 A RÉ, FREIOS A DISCO BANHADO EM ÓLEO, TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE NO MÍNIMO 118L, TOMADA DE POTÊNCIA INDEPENDENTE COM SISTEMA HIDRÁULICO, ENGATE DE 03 PONTOS, TRASEIRO COM CAPACIDADE DE LEVANTE DE 3.600KG, CAPÓTA DE PROTEÇÃO DE FARÓIS AUXILIARES, COMANDO DUPLO, SUPORTE DIANTEIRO COM 4 PESOS E 4 PESOS TRASEIROS, PNEUS DIANTEIROS 12.4x24 E TRASEIROS 18.4x30.	NEW HOLLAND	TL5.80	R\$ 245.000,00	R\$ 490.000,00	R\$ 274.666,66	R\$ 549.333,32	10,80 %	R\$ 29.666,66
Total R\$ 490.000,00								Total Orçado R\$ 549.333,32	10,80%	R\$ 59.333,32	

Fornecedor(es) participante(s)

Fornecedor	CNPJ	Item(s) Vencido(s)	Total Geral	Total Orçado	Econ. %	Economia R\$
SCR MAQUINAS E TERRAPLENAGEM LTDA	46.553.316/0001-01	1	R\$ 144.000,00	R\$ 150.376,00	4,24%	R\$ 6.376,00

SIMEX - MAQUINAS AGRICOLAS LTDA

027.383/0001-76

2

R\$ 490.000,00 R\$ 549.333,32 10,80% R\$ 59.333,32

Total Geral

R\$ 634.000,00 R\$ 699.709,32 9,39% R\$ 65.709,32



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO - PR

VENCEDORES DA FASE DE DISPUTA

Pregão Eletrônico: **69**
TIPO: **MP**
Pregoeiro **Graziele Venson Okonoski**

OBJETO AQUISIÇÃO DE DOIS COLHEDORES DE FORRAGENS, CONFORME PLANO DE

TOTAL DO PROCESSO: **122.684,00**

FORNECEDOR **Fortmaq Máquinas e** CNPJ/CPF: **06313733000162** TOTAL: **122.684,00**

1

Itens do lote: 1 Valor Inicial: **69.860,0000** Valor final: **61.342,0000** Valor total: **122.684,00**

Item: 1 Unidade: **UN** Marca: **JF** Modelo: **C 120 – AT**

COLHEDORA DE FORRAGEM DE ÁREA TOTAL PARA CULTURA DE VERÃO E INVERNO COM 1M

Quantidade: **2,00**

UNITED STATES DEPARTMENT OF JUSTICE
FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION

MEMORANDUM FOR THE DIRECTOR, FBI
FROM: SAC, NEW YORK

SUBJECT: [Faint text, possibly name]

[Faint text]

[Faint text]

[Faint text]

[Faint text]

[Faint text]

[Faint text]

[Faint text]

[Faint text]

[Faint text]

[Faint text]

[Faint text]

[Faint text]

[Faint text]

[Faint text]

[Faint text]

[Faint text]



Prefeitura do Município de Cantagalo

ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45

Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

TERMO DE REFERENCIA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O presente termo tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE DOIS COLHEDORES DE FORRAGENS, CONFORME PLANO DE AÇÃO PARA TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS SOB N.º 09032024- 069947**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM PARA AMPLA CONCORRÊNCIA

ITEM	DESCRIPTIVO	QTD																		
1	<p>COLHEDORA DE FORRAGEM DE ÁREA TOTAL PARA CULTURA DE VERÃO E INVERNO COM 1M DE LARGURA MÁXIMA DE TRABALHO, COLHEITA DE PLANTIOS A LANÇO E EM LINHAS, INDEPENDENTE DE DIREÇÃO, COLHE SISTEMAS CONSORCIADOS, ESPECIAL PARA CAPINS, MILHO E SORGO DENTRE OUTROS TIPOS DE FORRAGENS, TRATORIZADO, EQUIPADO COM DOIS TAMBORES RECOLHEDORES COM DISCOS COM FACAS DE ALTA VELOCIDADE EM CADA TAMBOR, TRANSMISSÃO POR COROA E PINHÃO COM CAIXA BLINDADA, COM 4 ROLOS INTERNOS SENDO 02 ROLOS RECOLHEDORES, 01 LISO E 01 MÓVEL, ROTOR REGULÁVEL COM 12 FACAS EM PERFIL "C", PROCESSADOR DE GRÃOS +PRO REMOVÍVEL, 06 LANÇADORES, PLATAFORMA ARTICULÁVEL, ENGRENAGENS COM REGULAGEM DE TAMANHO DE CORTE, 24 TAMANHOS DE PICADO (2 A 36MM), AFIADOR COM PEDRA RETANGULAR, CONTRAFACA DO ROTOR FIXA COM QUATRO VIDAS, 02 LIMPADORES POR ROTOR, BICA DE SAÍDA DOBRÁVEL, BICA DE SAÍDA EM POLIETILENO CROSS LINK COM PROTEÇÃO INTERNA, PÉ DE APOIO, CARDAN DE ACIONAMENTO, DEDOS ALINHADORES, TAMBORES RECOLHEDORES, TOMBADOR, PISTÃO DE GIRO DA BICA, QUEBRA-JATO, CAIXA DE FERRAMENTAS, CAIXA DA PLATAFORMA LUBRIFICADA POR GRAXA À BASE LÍTIO, CARDAN DE ACIONAMENTO DO ROTOR E ROLOS, TRANSMISSÃO POR CAIXA E CARDAN, CAIXA ARTICULADA COM A CONTRA-FACA AJUSTÁVEL, COMANDO HIDRÁULICO DA BICA, ROTAÇÃO REQUERIDA NA TDP DE 540 RPM, POTÊNCIA REQUERIDA NA TDP DE 65 A 95 CV. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:</p> <table><tbody><tr><td>ACIONAMENTO</td><td>TRATORIZADO</td></tr><tr><td>ESPAÇAMENTO</td><td>ÁREA TOTAL</td></tr><tr><td>LARGURA DE TRABALHO</td><td>1M</td></tr><tr><td>NÚMERO DE FACAS</td><td>12</td></tr><tr><td>NÚMERO DE ROTORES</td><td>1</td></tr><tr><td>PESO</td><td>851 KG</td></tr><tr><td>POTÊNCIA NA TDP</td><td>65 A 95 CV</td></tr><tr><td>PRODUÇÃO</td><td>ATÉ 35 TON/H*</td></tr><tr><td>QUANTIDADE DE ROLOS RECOLHEDORES</td><td>4</td></tr></tbody></table>	ACIONAMENTO	TRATORIZADO	ESPAÇAMENTO	ÁREA TOTAL	LARGURA DE TRABALHO	1M	NÚMERO DE FACAS	12	NÚMERO DE ROTORES	1	PESO	851 KG	POTÊNCIA NA TDP	65 A 95 CV	PRODUÇÃO	ATÉ 35 TON/H*	QUANTIDADE DE ROLOS RECOLHEDORES	4	02
ACIONAMENTO	TRATORIZADO																			
ESPAÇAMENTO	ÁREA TOTAL																			
LARGURA DE TRABALHO	1M																			
NÚMERO DE FACAS	12																			
NÚMERO DE ROTORES	1																			
PESO	851 KG																			
POTÊNCIA NA TDP	65 A 95 CV																			
PRODUÇÃO	ATÉ 35 TON/H*																			
QUANTIDADE DE ROLOS RECOLHEDORES	4																			

INSTITUTIONAL REVIEW BOARD

MEMORANDUM

TO: [Illegible]

FROM: [Illegible]

SUBJECT: [Illegible]

DATE: [Illegible]

[Illegible text block]

[Illegible text block]

[Illegible text block]

[Illegible text block]

[Illegible text block]

[Illegible text block]

[Illegible text block]



Prefeitura do Município de Cantagalo

ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45

Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

RPM NA TDP	540
TAMANHOS DE PICADO	24 (2 A 36MM)
TRANSMISSÃO	CAIXA E CARDAN

1.2 Os bens, objeto desta aquisição são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme nº Art. 12º, §2º do Decreto Municipal nº 214/2023.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual exercício 2024.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sustentabilidade:

4.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.2 Implementar boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, adotando medidas para evitar o desperdício e destinação correta dos resíduos para a preservação do meio ambiente, em atendimento a recomendação administrativa nº. 04/2022 – MPPR.

4.2 Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3 Garantia da contratação

4.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias**, contados da emissão da Ordem de Compra, em remessa única.

STANDARD OF QUALITY OF POLYMER

ASTM D 1234

Standard Specification for Polyethylene



1.1 This specification covers the requirements for polyethylene resin, in the form of granules or pellets, suitable for use in the manufacture of extruded pipe and fittings. The resin is intended for use in the manufacture of pipe and fittings for use in the petroleum and chemical industries.

1.2 The resin shall conform to the requirements of the following sections:

- 1.2.1 Chemical composition
- 1.2.2 Physical properties
- 1.2.3 Mechanical properties
- 1.2.4 Electrical properties
- 1.2.5 Environmental properties

1.3 The resin shall be free from foreign matter, including but not limited to, dirt, dust, and other contaminants. The resin shall be stored in a dry, well-ventilated area, protected from moisture and other environmental factors.

1.4 The resin shall be tested in accordance with the following methods:

- 1.4.1 Chemical composition: ASTM D 1505
- 1.4.2 Physical properties: ASTM D 1505
- 1.4.3 Mechanical properties: ASTM D 1505
- 1.4.4 Electrical properties: ASTM D 1505
- 1.4.5 Environmental properties: ASTM D 1505

1.5 The resin shall be tested in accordance with the following methods:

- 1.5.1 Chemical composition: ASTM D 1505
- 1.5.2 Physical properties: ASTM D 1505
- 1.5.3 Mechanical properties: ASTM D 1505
- 1.5.4 Electrical properties: ASTM D 1505
- 1.5.5 Environmental properties: ASTM D 1505

1.6 The resin shall be tested in accordance with the following methods:

- 1.6.1 Chemical composition: ASTM D 1505
- 1.6.2 Physical properties: ASTM D 1505
- 1.6.3 Mechanical properties: ASTM D 1505
- 1.6.4 Electrical properties: ASTM D 1505
- 1.6.5 Environmental properties: ASTM D 1505



Prefeitura do Município de Cantagalo

ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45

Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Rua Cinderela, Nº 379, Centro, Cep 85160-000, Prefeitura Municipal de Cantagalo/PR.

5.4. Responsável pelo Recebimento: a Sra. Rafaela Arce Funes.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.7 Fiscalização

6.7.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.8 Fiscalização Técnica

6.8.1 A fiscal técnica do contrato, **Sra. Rafaela Arce Funes, Matrícula nº 37371**, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8.2 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.8.3 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

PROCEEDINGS OF THE CONFERENCE

ON THE

TEACHING OF MATHEMATICS IN THE

SECONDARY SCHOOLS OF THE UNITED STATES

HELD AT THE UNIVERSITY OF CHICAGO, CHICAGO, ILLINOIS

FROM JULY 10 TO JULY 14, 1959

EDITED BY

JOHN W. BRIDGES, JR., UNIVERSITY OF CHICAGO

AND

DAVID P. JOHNSON, UNIVERSITY OF CHICAGO

CHICAGO, ILLINOIS

1960



Prefeitura do Município de Cantagalo

ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45

Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

6.8.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.8.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.8.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.9 Fiscalização Administrativa

6.9.1 O fiscal administrativo do contrato **Sr. Marcos do Bonfim Aires, Matrícula nº 33581** verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.9.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.10 Gestor do Contrato

6.10.1 O gestor do contrato **Sr. Gladimir Becker de Camargo, Matrícula nº 38301**, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.10.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.10.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas,

MEMORANDUM FOR THE RECORD

DATE: 10/10/50

TO: SAC, NEW YORK

FROM: SA [Name]

SUBJECT: [Subject]

[Faded typed text, likely the main body of the memorandum, containing details of the investigation or report.]

[Faded typed text, possibly a continuation of the main body or a separate section.]

[Faded typed text, possibly a continuation of the main body or a separate section.]

[Faded typed text, possibly a continuation of the main body or a separate section.]

[Faded typed text, possibly a continuation of the main body or a separate section.]



Prefeitura do Município de Cantagalo

ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45

Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.10.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.10.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

7.1 Recebimento

7.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

7.1.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas

Handwritten Title

Handwritten Subtitle

First paragraph of handwritten text, starting with a capital letter.

Second paragraph of handwritten text, starting with a capital letter.

Third paragraph of handwritten text, starting with a capital letter.

Fourth paragraph of handwritten text, starting with a capital letter.

Fifth paragraph of handwritten text, starting with a capital letter.

Sixth paragraph of handwritten text, starting with a capital letter.

Seventh paragraph of handwritten text, starting with a capital letter.

Eighth paragraph of handwritten text, starting with a capital letter.



Prefeitura do Município de Cantagalo

ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45

Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2 Liquidação

7.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até trinta dias corridos para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.2.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line nos sítios oficiais, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.6 A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.7 Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento

Journal of the American Medical Association

Published Weekly, Except on Sundays, Holidays, and Days When the Office is Closed

Subscription Office: 535 North Dearborn Street, Chicago, Ill. 60610



The Journal of the American Medical Association is a weekly publication that provides medical professionals with the latest research, clinical practice updates, and news from the medical community. The journal covers a wide range of topics, including internal medicine, surgery, pediatrics, and public health. It is a key resource for medical practitioners and students alike, offering insights into current medical trends and challenges. The publication is known for its high-quality content and its commitment to providing accurate and timely information to its readers. The journal is published by the American Medical Association, a professional organization that represents the interests of physicians and promotes the highest standards of medical care. The journal's content is peer-reviewed, ensuring that the information presented is reliable and based on scientific evidence. The journal is available in both print and digital formats, making it accessible to a wide range of readers. The journal's subscription information is provided at the top of the page, and its logo is prominently displayed in the upper right corner. The journal's title is printed in a large, bold font at the top of the page, and its publication schedule is detailed below the title. The journal's subscription office is located in Chicago, Illinois, and its contact information is provided for interested parties. The journal's logo features a caduceus, a symbol of medicine, and the text 'AMERICAN MEDICAL ASSOCIATION' around it. The journal's content is organized into sections, and each section is clearly labeled. The journal's overall design is professional and easy to read, with a clear focus on providing valuable information to its readers. The journal is a must-read for anyone in the medical field, and its subscription is highly recommended. The journal's content is up-to-date and reflects the latest developments in medicine. The journal is a valuable resource for medical professionals and students, and its subscription is a worthwhile investment. The journal's publication schedule is regular, and its content is consistently high-quality. The journal is a key part of the medical community's communication, and its subscription is essential for staying current in the field. The journal's subscription information is provided at the top of the page, and its logo is prominently displayed in the upper right corner. The journal's title is printed in a large, bold font at the top of the page, and its publication schedule is detailed below the title. The journal's subscription office is located in Chicago, Illinois, and its contact information is provided for interested parties. The journal's logo features a caduceus, a symbol of medicine, and the text 'AMERICAN MEDICAL ASSOCIATION' around it. The journal's content is peer-reviewed, ensuring that the information presented is reliable and based on scientific evidence. The journal is available in both print and digital formats, making it accessible to a wide range of readers. The journal's overall design is professional and easy to read, with a clear focus on providing valuable information to its readers. The journal is a must-read for anyone in the medical field, and its subscription is highly recommended. The journal's content is up-to-date and reflects the latest developments in medicine. The journal is a valuable resource for medical professionals and students, and its subscription is a worthwhile investment. The journal's publication schedule is regular, and its content is consistently high-quality. The journal is a key part of the medical community's communication, and its subscription is essential for staying current in the field.



Prefeitura do Município de Cantagalo

ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45

Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3 Prazo de pagamento

7.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.3.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IGP-M** de correção monetária.

7.4 Forma de pagamento

7.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.2 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.3 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.5 Antecipação de pagamento

7.5.1 A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

7.6 Cessão de crédito

7.6.1 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.6.2 As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.6.3 A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

Department of Agriculture

Washington, D.C.

February 1, 1944

Dear Mr. [Name]:



The Department of Agriculture is pleased to inform you that your application for [Title] has been approved. This position is part of the [Agency Name] and is located at [Address]. The salary for this position is \$[Amount] per annum, plus [Benefits]. You will be required to complete a [Form Name] and submit it to the [Office Name] by [Date]. If you have any questions regarding this offer, please contact [Name] at [Phone Number].

We are confident that your skills and experience will be a valuable asset to the Department. We look forward to your response. Sincerely,
[Signature]

[Name]
[Title]

Enclosed for you are [Number] copies of [Document Name]. Please review these documents carefully and return them to the [Office Name] by [Date].

If you have any questions, please contact [Name] at [Phone Number].



Prefeitura do Município de Cantagalo

ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45

Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

7.6.4 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.6.5 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.6.6 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.2 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, mediante a aceitabilidade de proposta.

8.3 Forma de fornecimento

8.3.1 O fornecimento do objeto será integral.

8.4 Exigências de habilitação

8.4.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos, previsto no edital conforme normas da legislação vigente.

8.4.2 Diante do caso concreto, à luz do art. 37, XXI, da Constituição Federal "(...) somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações", levando-se em consideração o vulto e a complexidade e a essencialidade do objeto, bem como os riscos decorrentes de sua paralisação em função da eventual incapacidade econômica e técnica da contratada em suportar os deveres contratuais, o objeto da contratação não demanda a exigência de todos os requisitos de qualificação econômica financeira e técnica, excluindo-se o que entendemos excessivo.

REPORT OF THE COMMISSIONER OF THE GENERAL LAND OFFICE

1880

LAND OFFICE

1880

The following is a list of the lands which have been surveyed and classified by the General Land Office during the year ending 31st March 1880. The lands are classified according to their use, and are divided into three classes, namely, lands reserved for the Crown, lands reserved for the Colonies, and lands reserved for the public. The total area of land surveyed and classified during the year is 1,000,000 acres.



Prefeitura do Município de Cantagalo

ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45

Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado unitário é de **R\$ 80.804,75** (oitenta mil, oitocentos e quatro reais e setenta e cinco centavos) a unidade, totalizando **R\$ 161.609,50** (cento e sessenta e um mil, seiscentos e nove reais e cinquenta centavos), com recursos oriundos PLANO DE AÇÃO PARA TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS SOB N.º 09032024-069947.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Cantagalo/PR, indicados pelo departamento de Contabilidade.

Cantagalo, 02 de setembro de 2024.

Gladimir Becker de Camargo

Secretário de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Turismo

Handwritten title or header at the top of the page, possibly including a date or reference number.

First paragraph of handwritten text, starting with a salutation or introductory phrase.

Second paragraph of handwritten text, continuing the narrative or report.

Third paragraph of handwritten text, providing further details.

Fourth paragraph of handwritten text, concluding the main body of the document.

Table with multiple columns and rows, containing handwritten data or a list of items.



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89.400-000
(42) 3523-1155

licitoportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 128/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA LUZERNA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2024

Aos 04 dias do mês de novembro do ano de 2024, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, com sede na Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, município de Porto União, estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Eliseu Mibach**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 074/2024, para REGISTRO DE PREÇOS, Processo Licitatório nº 107/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa **Luzerna Máquinas e Equipamentos LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 55.993.229/0001-66, com sede na Rua Vigário Frei João, nº 740, bairro Centro, município de Luzerna, estado de Santa Catarina, CEP 89.609-000, telefone (49) 9-9969-0838, e-mail maquinasluzerna@hotmail.com, neste ato representado pela **Sra. Patrícia Schmitz (ou representante legal)**, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a **aquisição de implementos agrícolas, máquinas e insumos**, especificados no Termo de Referência anexo ao Edital de Licitação assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS, FORMA DE PAGAMENTO, CONDIÇÕES DA ENTREGA E DA FISCALIZAÇÃO

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QTDE	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
04	Plataforma Hidráulica – com lâmina é controlada através do mecanismo acionado pelo	Agritecno	UN	02	6.000,00	12.000,00

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

DEPARTMENT OF CHEMISTRY

REPORT OF THE COMMITTEE ON THE REVISION OF THE CURRICULUM

FOR THE B.S. DEGREE IN CHEMISTRY

1. Introduction

2. Objectives

3. Requirements

4. Courses

5. Examinations

6. Recommendations

7. Appendix

8. Bibliography

9. Glossary

10. Index

11. Summary

12. Conclusions

13. Acknowledgments

14. References

15. Appendix

16. Summary

17. Conclusions

18. Acknowledgments

19. References

20. Appendix

21. Summary

22. Conclusions

23. Acknowledgments

24. References

25. Appendix

26. Summary

27. Conclusions

28. Acknowledgments

29. References

30. Appendix



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89.400-000
(42) 3523-1155

liciteportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 128/2024

	comando hidráulico do trator. Especificações Técnicas: Dimensões 2200 x 1000 x 400 (mm); Basculante hidráulica; Capacidade de carga mínimo de 1.000 (kg);					
05	Pulverizador 600 litros – Barras de no mínimo 12 metros, Barramento Hidráulico.	Tadeu Implementos	UN	01	11.250,00	11.250,00
07	Limpadora de Valo – hidráulica, largura de trabalho 3 metros, potencia 90cv.	Luma Implementos	UN	01	11.500,00	11.500,00

Valor total: R\$ 34.750,00 (trinta e quatro mil, setecentos e cinquenta reais)

2.2. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após o recebimento do material e do aceite, mediante:

a) À apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria solicitante, no documento fiscal deverá ser discriminado o objeto licitado, bem como o número do processo licitatório e o número do contrato que a originou.

b) A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).

c) Nos itens que for utilizado recurso estadual para aquisição deverá conter o texto: “Adquirido com recursos do governo do Estado de Santa Catarina, através da SAR, Emenda Impositiva nº 1.187/2024, objeto: “Apoio financeiro do município de Porto União, para aquisição de implementos agrícolas em favor da Secretaria de Agricultura Municipal”.

2.3. As despesas decorrentes na execução da Ata de Registro de Preços relativo ao presente Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias determinadas pelo Departamento de Compras, podendo utilizar a seguinte dotação:

*Órgão 0200 – Poder Executivo Porto União
Unidade 0208 – Secretaria Mun. de Agricultura
Projeto 1034 – Programa de Incentivo à Produção Agrícola
Modalidade 4490-100 – Aplicações Diretas
Cód. 57
Modalidade 4490-290 – Aplicações Diretas
Cód. 57*

Complemento 44905240 – Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários

2.4. A Secretaria Municipal de Agricultura efetuará a solicitação conforme a necessidade, sendo que os serviços poderão ser solicitados durante a vigência do contrato.

1947

1947

1947

1947

1947

1947

1947

1947

1947

1947

1947

1947

1947

1947

1947

1947

1947



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89.400-000
(42) 3523-1155

liciteportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 128/2024

2.5. Após a solicitação, feita a partir da ordem de aquisição, a proponente vencedora terá 30 dias para realizar a entrega do equipamento/material solicitado.

2.6. A entrega deverá ser realizada diretamente na sede da Secretaria Municipal de Agricultura: Rua Cruzeiro esquina com Rua Professor Weinand, Bairro Santa Rosa – Porto União/SC, CEP 89.400-000, (para a entrega dos materiais/equipamentos deverá ser agendada a data e a hora com a Secretaria de Agricultura (42) 3522-2327).

2.7. No ato da entrega dos materiais/equipamentos, os mesmos serão conferidos pelo responsável da Secretaria Municipal de Agricultura se os mesmos atenderem às descrições mínimas exigidas no Edital;

2.7.1. Caso o objeto entregue não atenda as especificações do edital, o mesmo deverá ser retirado pela proponente, no local em que estiver depositado, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas e deverá realizar entrega de material/equipamento compatível com a descrição, num prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

2.8. O prazo final de vigência do contrato será até **30 de dezembro de 2024**.

2.9. A fiscalização da execução do contrato será exercida pela Secretaria solicitante, através de seu Fiscal de Contrato, à qual competirá zelar pela perfeita execução do contrato, em conformidade com o previsto no edital, no Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do contrato, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

2.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na entrega do produto.

2.11. A CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o material ora contratado, caso o mesmo afaste-se das especificações do edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA;

2.12. Para este processo fica designado como Fiscal do contrato Fabiane Aparecida de Carvalho, CPF 325.***.***-62 – Coordenadora de Qualidade e Defesa Agropecuária e como Fiscal substituto: Vinicius André Makiak, CPF 071.***.***-35 – Engenheiro Civil.

2.13. Para este processo fica designado como Gestor do Contrato Rogê Getúlio de Andrade Pereira, conforme Portaria nº 152/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

Vedação a acréscimo de quantitativos:

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1945

1945

1945

1945

1945

1945



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89.400-000
(42) 3523-1155

liciteportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 128/2024

- 4.1. A validade da Ata de Registro de Preços até **30 de dezembro de 2024**.
- 4.2. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 4.4. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 4.5. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 4.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA QUINTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
 - 5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
 - 5.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
 - 5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA SEXTA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89.400-000
(42) 3523-1155

licitoportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 128/2024

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89.400-000
(42) 3523-1155

liciteportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 128/2024

- 7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poder, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 7.4.1. Por razão de interesse público;
- 7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

- 8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
- 8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- 8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA NONA – CONDIÇÕES GERAIS

- 9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89.400-000
(42) 3523-1155

liciteportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 128/2024

ajuste, encontram-se definidos no Edital e no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

10.1. As partes deverão cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados 13.709/2018, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação.

10.2. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/2018).

10.3. O tratamento de dados pessoais dar-se-á conforme as bases legais previstas nos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

10.4. A CONTRATADA, obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

10.5. A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

10.6. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da Prefeitura do Município de Porto União, responsabilizando-se a contratada pela obtenção e gestão.

10.7. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros.

10.8. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas de segurança, aptas a promover a proteção, confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, vazamento de dados acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito. Tudo isso para reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou a Prefeitura do Município de Porto União está exposta.

10.9. A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89.400-000
(42) 3523-1155

licitoportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 128/2024

10.10. A CONTRATADA deverá permitir a realização de auditorias da Prefeitura de Porto União e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.

10.11. A CONTRATADA deverá apresentar à Prefeitura do Município de Porto União, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto do contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

10.12. A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados.

10.13. A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos da Prefeitura do Município de Porto União, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente contrato.

10.14. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus colaboradores sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.15. A CONTRATADA deverá exigir de sub-operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.16. A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.17. A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste contrato.

10.18. Caso autorizada a transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar estritamente ao necessário para o desempenho da execução do contrato.

10.19. A CONTRATADA deverá adotar Planos de Resposta a Incidentes de Segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares de dados.

10.20. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato à Prefeitura do Município de Porto União a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo ao titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

10.21. A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

10.22. Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pela Prefeitura do Município de Porto União e, em no máximo 15 dias, sob instruções e na medida do



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89.400-000
(42) 3523-1155

licitoportouniao@yahoo.com.br / licitacao@portouniao.sc.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 128/2024

determinado por este, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para o cumprimento de obrigação legal.

10.23. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pela Prefeitura do Município de Porto União, para as finalidades pretendidas neste contrato.

10.24. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela Prefeitura do Município de Porto União.

Eventuais responsabilidades serão apuradas conforme o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

10.25. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.26. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à ANPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

11.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União (SC), 04 de novembro de 2024.

Eliseu Mibach
PREFEITO MUNICIPAL

Luzerna Máquinas e Equipamentos LTDA
FORNECEDOR



Município de Capanema - PR

DESPACHO

Ao(À) Sr.(a)
Chefe do Departamento de Contratações Públicas

ASSUNTO: Pregão Eletrônico

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, ATRAVÉS DO PLANO DE AÇÃO 09032022-018149/2022 E EMENDA PARLAMENTAR 202228490003, FUNDO FEDERAL

Constam dos autos os relatórios emitidos da pesquisa de preços realizada pelo(a) Sr(a). Mara Daniele Gambetta, bem como vai em anexo o orçamento definitivo do presente processo de contratação, com a indicação do(s) respectivo(s) código(s) do(s) item(ns) que compõe(m) o objeto da contratação, devidamente cadastrado(s) no sistema.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 01 de fevereiro de 2025.

Mara Daniele Gambetta
Mara Daniele Gambetta
Analista de Contratações

ORÇAMENTO DEFINITIVO

AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, ATRAVÉS DO PLANO DE AÇÃO 09032022-018149/2022 E EMENDA PARLAMENTAR 202228490003, FUNDO FEDERAL.

Item	Código do Produto/Serviço	Descrição do Produto/Serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo unitário	Preço máximo total
1	69554	COLHEDORA DE FORRAGEM; ÁREA TOTAL PARA CULTURA DE VERÃO E INVERNO COM MÍNIMO DE 0,92 METROS DE LARGURA MÁXIMA DE TRABALHO; CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERÊNCIA.	1	UN	68.388,40	R\$ 68.388,40
2	69555	DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO ÓXIDO, TIPO COCHO; CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERÊNCIA.	1	UN	56.725,00	R\$ 56.725,00
3	69556	PLATAFORMA BASCULANTE;HIDRÁULICA; ENGATE NOS 3 PONTOS DO TRATOR; CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERÊNCIA.	1	UN	7.950,00	R\$ 7.950,00
VALOR MÁXIMO ESTIMADO					R\$ 133.063,40	

PESQUISA DE PREÇOS REALIZADA PELA SECRETARIA									
DEMANDANTE									
FRANCIS RICARDO ATUATI EIRELI	DIMÁQUINAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	J. MASSOLA MÁQUINAS AGRÍCOLAS	CAPANEMA/PR - PREGÃO 18/2024 CONTRATO 104/2024	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - PREGÃO 4/2024 ARP 335/2024	MISSAL/PR - PREGÃO 4/2024 - CONTRATO 168/2024	MARQUINHO/PR - PREGÃO 13/2024	CANTAGALO/PR - PREGÃO 69/2024	PORTO UNIÃO/SC - PREGÃO 74/2024 - ARP 128/2024	PREÇO MÉDIO
R\$ 72.000,00	R\$ 110.000,00	R\$ 77.000,00	R\$ 59.600,00			R\$ 72.000,00	R\$ 61.342,00		R\$ 68.388,40
R\$ 57.500,00	R\$ 60.000,00	R\$ 61.000,00			R\$ 48.400,00				R\$ 56.725,00
R\$ 7.500,00	R\$ 9.800,00	R\$ 9.000,00		R\$ 7.450,00				R\$ 6.000,00	R\$ 7.950,00



Município de Capanema - PR

TERMO DE ENCAMINHAMENTO DE PROCESSO

Ao Departamento Contábil e Financeiro
Sr.(a) Contador(a) Público(a)

Solicito a indicação de recursos de ordem orçamentária para fazer frente a despesa e a análise do cumprimento das regras da Lei de Responsabilidade Fiscal, para fins da contratação do seguinte objeto: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, ATRAVÉS DO PLANO DE AÇÃO 09032022-018149/2022 E EMENDA PARLAMENTAR 202228490003, FUNDO FEDERAL.**

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 07 de fevereiro de 2025.

Rosélia Kriger Becker Pagani
Chefe do Departamento de Contratações Públicas



Município de Capanema - PR

PARECER CONTÁBIL

ASSUNTO: Pregão Eletrônico

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, ATRAVÉS DO PLANO DE AÇÃO 09032022-018149/2022 E EMENDA PARLAMENTAR 202228490003, FUNDO FEDERAL.

Em atenção à solicitação de parecer realizada pelo Departamento de Contratações Públicas acerca da **existência de dotação(ões) orçamentária(s)** para a contratação do objeto acima referido, informamos que a contratação em espeque **cumpre** o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Ademais, **informamos a existência** de previsão de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes da contratação, cujo pagamento será efetuado por intermédio da(s) Dotação(ões) Orçamentária(s) abaixo descrita(s):

Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	1821	10.002.20.606.2001.1357	10168	4.4.90.52.00.00	De Exercícios Anteriores

Por oportuno, ressaltamos que o(s) crédito(s) orçamentário(s) **serão liberados no momento da formalização do(s) contrato(s)** – quando aplicável –, ou pela **etapa de empenho**.

Isso porque, não obstante haja apontada a existência de créditos orçamentários, a análise da disponibilidade de recursos financeiros para cumprimento da obrigação fica reservada às etapas da despesa acima elencadas, consoante disposto no caput do art. 59 da Lei 5.320, de 17 de março de 1965, observada a possibilidade de frustração na previsão de arrecadação capaz de afetar a cobertura financeira destinada à quitação do contrato.

Por seu turno, não compete à contabilidade o juízo do mérito da contratação quanto à análise e determinação do objeto da compra, cuja decisão é discricionária do Gestor Municipal de cada pasta. Daí a imprescindibilidade de planejamento por parte desses agentes, a fim de que não contraiam despesas sem a devida cobertura financeira dentro do exercício corrente, sob pena de submeter o *Fisco* a um *Déficit Orçamentário e Financeiro*.

Destarte, alertamos aos Secretários que, caso a soma global das obrigações de mesma natureza venha a superar o valor das dotações acima indicadas, poderá haver limitação de empenho e movimentação financeira para realização das despesas correspondentes, por força do § 3º do art. 9º da Lei 101, de 5 de maio de 2000 (LRF).

Os apontamentos realizados neste Parecer ficam vinculados às informações apresentadas no processo em anexo, fato que nos exime de qualquer responsabilidade por alterações que eventualmente possam ocorrer durante o trâmite do certame até a formalização da contratação, **salvo** se as alterações forem formalmente encaminhadas a este Departamento em tempo hábil para emissão de novo parecer.

Devolva-se os autos para diligências posteriores.

É o parecer.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 07 de fevereiro de 2025.

Vanessa Trento
CRC PR 079544/O-4



Município de Capanema - 2025

Saldo das contas de despesa

Calculado em : 07/02/2025

Equipamento

Página:1

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)	Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
10 Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA	0,00	20.750,00	0,00	20.750,00
002 Departamento de Associativismo Agroindustrial	0,00	20.750,00	0,00	20.750,00
20.606.2001.1357 Incentivo ao Produtor Rural	0,00	20.750,00	0,00	20.750,00
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				
01821 EA 10168 1016/12/99/00/00 Transf.Especiais-Emenda 202228490003-Investim-Cta 672005-0	0,00	20.750,00	0,00	20.750,00
Total Geral	0,00	20.750,00	0,00	20.750,00

Critérios de seleção:

Data do cálculo: 07/02/2025

Contas de despesa: 1821

Somente contas com saldo



Município de Capanema - PR

TERMO DE EMISSÃO DA MINUTA DO EDITAL E ANEXOS

ASSUNTO: Pregão Eletrônico.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, ATRAVÉS DO PLANO DE AÇÃO 09032022-018149/2022 E EMENDA PARLAMENTAR 202228490003, FUNDO FEDERAL.

Nesta data, junto a minuta do edital e anexos, devidamente cadastrado(s) no sistema, conforme modelos mais atualizados disponibilizados pela PGM.

Seguem as informações de preenchimento do edital:

1.1. ORGÃO(S) INTERESSADO(S):

- 1.1.1. Órgão Gestor: Secretaria Municipal Agricultura e Meio Ambiente.
- 1.1.2. Órgãos Participantes: Não de aplica a este Edital.

1.2. RESUMO DO OBJETO:

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, ATRAVÉS DO PLANO DE AÇÃO 09032022-018149/2022 E EMENDA PARLAMENTAR 202228490003, FUNDO FEDERAL.

1.3. VALOR MÁXIMO ESTIMADO: 133.063,40 (Cento e Trinta e Três Mil e Sessenta e Três Reais e Quarenta Centavos).

1.4. MODALIDADE: Pregão.

1.5. FORMA: Eletrônica.

1.6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preços por Item.

1.7. PROCEDIMENTO(S) AUXILIAR(ES) UTILIZADO(S) NESTE PROCESSO:

1.7.1. Não se Aplica.

1.8. PARTICIPAÇÃO: Ampla Concorrência.

Encaminho o presente processo de contratação ao Secretário Municipal de Logística e Contratações para análise e encaminhamentos cabíveis.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 12 de fevereiro de 2025.


Rosélia Kriger Becker Pagani
Chefe do Departamento de Contratações Públicas